



Demonstrações Contábeis 2023

Sumário das Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis	
Balanco Patrimonial Consolidado	2
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	3
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n° 1	4
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n° 2	5
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Geral	6
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PrevMais	7
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regul. Complementar n° 1	8
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regul. Complementar n° 2	9
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral	10
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais	11
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado	12
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n° 1	13
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n° 2	14
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Geral	15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevMais	16

Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional	17
2. Base para Apr. das Demonst. Contábeis	19
3. Principais Práticas Contábeis	20
4. Gestão de Riscos	27
5. Realizável da Gestão Previdencial	30
6. Realizável da Gestão Administrativa	31
7. Realizável de Investimentos	32
8. Perfil de Investimentos	45
9. Imobilizado e Intangível	45
10. Exigível Operacional	46
11. Exigível Contingencial	46
12. Provisões Matemáticas	49
13. Equilíbrio Técnico	53
14. Fundos	59
15. Resultado Administrativo	60
16. Resultado dos Investimentos	63
17. Transações Entre Partes Relacionadas	63
18. Gestão Assistencial	64
19. Aprovação das Demonst. Contábeis	66
20. Outras Informações	66
21. Eventos Subsequentes	67

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial Consolidado

ATIVO		Nota	2023	2022	PASSIVO		Nota	2023	2022
DISPONÍVEL			58	53	EXIGÍVEL OPERACIONAL		10	22.604	23.583
REALIZÁVEL			10.769.100	10.159.742	Gestão Previdencial			14.284	14.915
Gestão Previdencial		5	1.084.208	1.103.770	Gestão Administrativa			6.636	6.970
Gestão Administrativa		6	35.896	36.908	Investimentos			1.684	1.698
Investimentos		7	9.648.996	9.019.064	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		11	327.817	332.064
Títulos Públicos		7.1	6.059.937	5.769.313	Gestão Previdencial			305.794	306.610
Ativos Financeiros de Créditos Privados		7.2	161.304	509.715	Gestão Administrativa			20.292	24.145
Fundos de Investimento		7.3	2.973.374	2.304.470	Investimentos			1.731	1.309
Investimentos em Imóveis		7.5	140.884	141.973	PATRIMÔNIO SOCIAL			10.419.574	9.804.843
Operações com Participantes		7.5	273.132	260.894	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO			10.249.531	9.656.457
Depósitos Judiciais/Recursais		7.6	1.702	1.309	Provisões Matemáticas		12	10.609.023	10.060.962
Recursos a Receber - Precatórios		7.7	34.429	27.471	Benefícios Concedidos			9.106.910	8.970.644
Outros Realizáveis		7.8	4.234	3.919	Benefícios a Conceder			2.783.648	2.435.248
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		9	837	695	(-) Provisões Matemáticas a Constituir			(1.281.535)	(1.344.930)
Imobilizado			758	630	Equilíbrio Técnico		13	(359.492)	(404.505)
Intangível			79	65	Resultados Realizados			(359.492)	(404.505)
GESTÃO ASSISTENCIAL		18	353.691	319.369	Superávit Técnico Acumulado			144.231	98.998
					(-) Déficit Técnico Acumulado			(503.723)	(503.503)
					FUNDOS		14	170.043	148.386
					Fundos Previdenciais			13.549	10.429
					Fundos Administrativos			141.978	125.833
					Fundos para Garantia das Operações com Participantes			14.516	12.124
					GESTÃO ASSISTENCIAL		18	353.691	319.369
TOTAL DO ATIVO			11.123.686	10.479.859	TOTAL DO PASSIVO			11.123.686	10.479.859

Mauricio Aparecido Lopes
Presidente e.e
e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

DESCRIÇÃO		2023	2022	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		9.804.843	9.135.359	7,33
1. Adi�es		1.501.209	1.566.331	(4,16)
(+)	Contribui�es Previdenciais	450.594	451.146	(0,12)
(+)	Portabilidade	-	142	(100,00)
(+)	Atualiza�o de Depósitos Judiciais/Recurais	681	839	(18,83)
(+)	Outras Adi�es Previdenciais	324	939	(65,50)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	963.567	1.032.663	(6,69)
(+)	Receitas Administrativas	67.914	64.151	5,87
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	15.737	12.991	21,14
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	1.335	(100,00)
(+)	Constitui�o de Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	2.392	2.125	12,56
2. Dedu�es		(886.478)	(896.847)	(1,16)
(-)	Benefícios	(794.078)	(745.281)	6,55
(-)	Resgates	(2.754)	(1.986)	38,67
(-)	Portabilidades	(607)	(2.070)	(70,68)
(-)	Desonera�o de Contribui�es de Patrocinador (es)	(296)	(16.176)	(98,17)
(-)	Outras Dedu�es	(50)	(1.267)	(96,05)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(21.187)	(73.146)	(71,03)
(-)	Despesas Administrativas	(59.696)	(56.921)	4,88
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(7.810)	-	(100,00)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)		614.731	669.484	(8,18)
(+/-)	Provisões Matemáticas	548.061	533.804	2,67
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	45.013	124.414	(63,82)
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.120	(12.414)	(125,13)
(+/-)	Fundos Administrativos	16.145	21.555	(25,10)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	2.392	2.125	12,56
4. Outros Eventos do Patrimônio Social		-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)		10.419.574	9.804.843	6,27
6. Gestão Assistencial		14.092	(23.311)	(160,45)
(+)	Receitas Assistenciais	172.067	198.356	(13,25)
(-)	Despesas Assistenciais	(157.975)	(221.667)	(28,73)

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administra o

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pignoni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	2023	2022	Variação (%)
1. Ativos	111.257	102.368	8,68
Disponível	11	10	10,00
Recebíveis Previdencial	20.124	21.897	(8,10)
Investimentos	91.122	80.461	13,25
Títulos Públicos	56.666	59.179	(4,25)
Ativo Financeiros de Crédito Privados	3.530	6.719	(47,46)
Fundos de Investimento	21.544	5.463	294,36
Operações com Participantes	9.382	9.100	3,10
2. Obrigações	12.595	12.733	(1,08)
Operacional	1.548	1.344	15,18
Contingencial	11.047	11.389	(3,00)
3. Fundos não Previdenciais	6.335	6.839	(7,37)
Fundos Administrativos	6.105	6.659	(8,32)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	230	180	27,78
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	92.327	82.796	11,51
Provisões Matemáticas	87.377	83.059	5,20
Superávit/(Déficit) Técnico	4.950	(263)	(1.982,13)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.1)			
a) Equilíbrio Técnico	4.950	(263)	(1.982,13)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	6.200	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.950	5.937	(16,62)

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	2023	2022	Varição (%)
1. Ativos	73.111	68.603	6,57
Disponível	11	10	10,00
Recebíveis Previdencial	9.885	11.364	(13,01)
Investimentos	63.215	57.229	10,46
Títulos Públicos	38.592	45.395	(14,99)
Ativo Financeiros de Crédito Privados	1.177	2.410	(51,16)
Fundos de Investimento	19.847	5.356	270,56
Operações com Participantes	3.599	4.068	(11,53)
2. Obrigações	3.561	4.096	(13,06)
Operacional	1.365	1.315	3,80
Contingencial	2.196	2.781	(21,04)
3. Fundos não Previdenciais	7.699	8.462	(9,02)
Fundos Administrativos	7.566	8.358	(9,48)
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	133	104	27,88
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	61.851	56.045	10,36
Provisões Matemáticas	50.226	51.055	(1,62)
Superávit/(Déficit) Técnico	11.625	4.990	132,97
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.2)			
a) Equilíbrio Técnico	11.625	4.990	132,97
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.625	4.990	132,97

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	2023	2022	Variação (%)
1. Ativos	7.459.698	7.265.081	2,68
Disponível	11	10	10,00
Recebíveis Previdencial	1.147.863	1.155.525	(0,66)
Investimentos	6.311.824	6.109.546	3,31
Títulos Públicos	5.456.796	5.059.346	7,86
Ativo Financeiros de Crédito Privados	85.945	147.745	(41,83)
Fundos de Investimento	497.002	639.373	(22,27)
Investimentos em Imóveis	140.884	141.973	(0,77)
Operações com Participantes	90.832	88.410	2,74
Depósitos Judiciais/Rekursais	1.702	1.309	30,02
Recursos a Receber - Precatórios	34.429	27.471	25,33
Outros Realizáveis	4.234	3.919	8,04
2. Obrigações	304.808	305.131	(0,11)
Operacional	10.874	11.745	(7,42)
Contingencial	293.934	293.386	0,19
3. Fundos não Previdenciais	89.696	78.575	14,15
Fundos Administrativos	80.468	70.528	14,09
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	9.228	8.047	14,68
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	7.065.194	6.881.375	2,67
Provisões Matemáticas	7.568.918	7.384.615	2,50
Superávit/(Déficit) Técnico	(503.724)	(503.240)	0,10
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.3)			
a) Equilíbrio Técnico	(503.724)	(503.240)	0,10
b) (+/-) Ajuste de Precificação	430.056	413.157	4,09
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(73.668)	(90.083)	(18,22)

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO	2023	2022	Variação (%)
1. Ativos	3.099.001	2.693.323	15,06
Disponível	12	10	20,00
Recebíveis Previdencial	48.314	40.818	18,36
Investimentos	3.050.675	2.652.495	15,01
Títulos Públicos	498.240	596.873	(16,52)
Ativo Financeiros de Crédito Privados	70.652	344.196	(79,47)
Fundos de Investimento	2.312.464	1.552.110	48,99
Operações com Participantes	169.319	159.316	6,28
2. Obrigações	2.529	2.572	(1,67)
Operacional	2.181	2.209	(1,27)
Contingencial	348	363	(4,13)
3. Fundos não Previdenciais	52.764	44.081	19,70
Fundos Administrativos	47.839	40.288	18,74
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	4.925	3.793	29,84
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.043.708	2.646.670	15,00
Provisões Matemáticas	2.902.502	2.542.233	14,17
Superávit/(Déficit) Técnico	127.657	94.008	35,79
Fundos Previdenciais	13.549	10.429	29,92
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 13.4)			
a) Equilíbrio Técnico	127.657	94.008	35,79
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	127.657	94.008	35,79

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n  1

DESCRI�O		2023	2022	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		82.796	75.806	9,22
1. Adi�es		15.510	12.981	19,48
(+)	Contribui�es	5.458	5.496	(0,69)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.749	7.217	35,08
(+)	Atualiza�o Depósitos Judiciais/Recursais	71	93	(23,66)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	65	154	(57,79)
(+)	Outras Adi�es	167	21	695,24
2. Dedu�es		(5.979)	(5.991)	(0,20)
(-)	Benefícios	(2.943)	(3.042)	(3,25)
(-)	Resgates	-	(4)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(3.034)	(2.925)	3,73
(-)	Outras Dedu�es	(2)	(20)	(90,00)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		9.531	6.990	36,35
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.318	3.360	28,51
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	5.213	3.630	43,61
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		92.327	82.796	11,51
C) Fundos não Previdenciais		(504)	1.659	(130,38)
(+/-)	Fundos Administrativos	(554)	1.606	(134,50)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	50	53	(5,66)

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administra o

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pignon Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n  2

DESCRI�O		2023	2022	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		56.045	48.540	15,46
1. Adi�es		10.125	10.918	(7,26)
(+)	Contribui�es	2.897	5.602	(48,29)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.024	5.093	37,91
(+)	Atualiza�o Depósitos Judiciais/Recurais	52	97	(46,39)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	77	122	(36,89)
(+)	Outras Adi�es	75	4	1.775,00
2. Dedu�es		(4.319)	(3.413)	26,55
(-)	Benefícios	(1.390)	(474)	193,25
(-)	Resgates	(13)	-	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(2.897)	(2.925)	(0,96)
(-)	Outras Dedu�es	(19)	(14)	35,71
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		5.806	7.505	(22,64)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(829)	9.896	(108,38)
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	6.635	(2.391)	(377,50)
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		61.851	56.045	10,36
C) Fundos não Previdenciais		(763)	1.579	(148,32)
(+/-)	Fundos Administrativos	(792)	1.553	(151,00)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	29	26	11,54

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administra o

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRI�O		2023	2022	Varia�o (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	6.881.375	6.532.650	5,34
	1. Adi�oes	906.118	1.077.046	(15,87)
(+)	Contribui�es	317.955	323.484	(1,71)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	587.523	752.008	(21,87)
(+)	Atualiza�o Depósitos Judiciais/Recurais	558	649	(14,02)
(+)	Outras Adi�oes	82	905	(91)
	2. Dedu�es	(722.299)	(728.321)	(0,83)
(-)	Benefícios	(690.791)	(645.033)	7,09
(-)	Resgates	(627)	(295)	112,54
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(21.344)	(73.072)	(70,79)
(-)	Custeio Administrativo	(9.536)	(8.879)	7,40
(-)	Outras Dedu�es	(1)	(1.042)	(99,90)
	3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	183.819	348.725	(47,29)
(+/-)	Provisões Matemáticas	184.303	256.483	(28,14)
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	(484)	92.242	(100,52)
	4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
	5. Opera�es Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)	7.065.194	6.881.375	2,67
	C) Fundos não Previdenciais	11.121	12.333	(9,83)
(+/-)	Fundos Administrativos	9.940	11.164	(10,96)
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	1.181	1.169	1,03

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administra o

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pignoni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO		2023	2022	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		2.646.670	2.364.086	11,95
1. Adi�es		508.684	408.863	24,41
(+)	Contribui�es	149.398	140.366	6,43
(+)	Portabilidade	-	142	(100,00)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	359.271	268.345	33,88
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	15	-	-
(+)	Outras Adi�es	-	10	(100,00)
2. Dedu�es		(111.646)	(126.279)	(11,59)
(-)	Benefícios	(98.954)	(96.732)	2,30
(-)	Resgates	(2.114)	(1.687)	25,31
(-)	Portabilidade	(607)	(2.070)	(70,68)
(-)	Desonera�o de Contribui�es de Patrocinador (es)	(296)	(16.176)	(98,17)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(350)	(104,29)
(-)	Custeio Administrativo	(9.647)	(9.073)	6,33
(-)	Outras Dedu�es	(28)	(191)	(85,34)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		397.038	282.584	40,50
(+/-)	Provisões Matemáticas	360.269	264.065	36,43
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.120	(12.414)	(125,13)
(+/-)	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	33.649	30.933	8,78
4. Outros Eventos do Ativo Líquido		-	-	-
5. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)		3.043.708	2.646.670	15,00
C) Fundos não Previdenciais		8.683	8.109	7,08
(+/-)	Fundos Administrativos	7.551	7.232	4,41
(+/-)	Fundos para Garantia das Opera�es com Participantes	1.132	877	29,08

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administra o

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

DESCRIÇÃO	2023	2022	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior:	125.833	104.278	20,67
1. Custeio da Gestão Administrativa	83.651	77.141	8,44
1.1. Receitas	83.651	77.141	8,44
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	25.114	23.802	5,51
Custeio Administrativo dos Investimentos	13.443	12.681	6,01
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.687	1.694	(0,41)
Reembolso da Gestão Assistencial	27.583	25.850	6,70
Receitas Diretas	7	-	100,00
Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	9	5	80,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	15.737	12.991	21,14
Outras Receitas	71	118	(39,83)
2. Despesas Administrativas	59.696	56.921	4,88
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	32.113	31.071	3,35
Pessoal e Encargos	21.329	20.200	5,59
Treinamentos/Congressos e Seminários	191	126	51,59
Viagens e Estádias	17	32	(46,88)
Serviços de Terceiros	7.862	7.850	0,15
Despesas Gerais	1.665	1.687	(1,30)
Depreciações e Amortizações	151	271	(44,28)
Tributos	898	905	(0,77)
2.2. Provisões para Perdas Estimadas	-	-	-
2.3. Administração Assistencial - Despesa e Constituição/Reversão de Contingências	27.583	25.850	6,70
3. Constituição/(Reversão) de Contingências Administrativas	7.810	(1.335)	(685,02)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	16.145	21.555	(25,10)
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	16.145	21.555	(25,10)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	141.978	125.833	12,83

Maurício Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	2023	2022	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	105.152	95.709	9,87
1. Provisões Matemáticas	87.377	83.059	5,20
1.1. Benefícios Concedidos	13.763	13.649	0,84
Benefício Definido	13.763	13.649	0,84
1.2. Benefício a Conceder	78.003	75.560	3,23
Benefício Definido	78.003	75.560	3,23
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.389)	(6.150)	(28,63)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	(4.389)	(6.150)	(28,63)
(-) Participantes	(4.373)	(6.128)	(28,64)
(-) Assistidos	(16)	(22)	(27,27)
2. Equilíbrio Técnico	4.950	(263)	(1.982,13)
2.1. Resultados Realizados	4.950	(263)	(1.982,13)
Reserva de Contingência	4.950	-	100,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(263)	(100,00)
3. Fundos	230	180	27,78
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	230	180	27,78
4. Exigível Operacional	1.548	1.344	15,18
4.1. Gestão Previdencial	1.526	1.322	15,43
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22	22	-
5. Exigível Contingencial	11.047	11.389	(3,00)
5.1. Gestão Previdencial	11.047	11.389	(3,00)

Maurício Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	2023	2022	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	65.545	60.245	8,80
1. Provisões Matemáticas	50.226	51.055	(1,62)
1.1. Benefícios Concedidos	2.110	2.074	1,74
Benefício Definido	2.110	2.074	1,74
1.2. Benefício a Conceder	48.116	48.981	(1,77)
Benefício Definido	48.116	48.981	(1,77)
2. Equilíbrio Técnico	11.625	4.990	132,97
2.1. Resultados Realizados	11.625	4.990	132,97
Superávit Técnico Acumulado	11.625	4.990	132,97
Reserva de Contingência	8.593	4.990	72,20
Reserva Especial para Revisão do Plano	3.032	-	100,00
3. Fundos	133	104	27,88
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	133	104	27,88
4. Exigível Operacional	1.365	1.315	3,80
4.1. Gestão Previdencial	1.352	1.302	3,84
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	13	13	-
5. Exigível Contingencial	2.196	2.781	(21,04)
5.1. Gestão Previdencial	2.196	2.781	(21,04)

Maurício Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	2023	2022	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	7.379.230	7.194.553	2,57
1. Provisões Matemáticas	7.568.918	7.384.615	2,50
1.1. Benefícios Concedidos	8.279.518	8.156.362	1,51
Benefício Definido	8.279.518	8.156.362	1,51
1.2. Benefício a Conceder	566.546	567.033	(0,09)
Benefício Definido	566.546	567.033	(0,09)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.277.146)	(1.338.780)	(4,60)
(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar	(1.277.146)	(1.338.780)	(4,60)
(-) Patrocinador(es)	(191.565)	(200.885)	(4,64)
(-) Participantes	(69.526)	(73.965)	(6,00)
(-) Assistidos	(1.016.055)	(1.063.930)	(4,50)
2. Equilíbrio Técnico	(503.724)	(503.240)	0,10
2.1. Resultados Realizados	(503.724)	(503.240)	0,10
(-) Déficit Técnico	(503.724)	(503.240)	0,10
3. Fundos	9.228	8.047	14,68
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	9.228	8.047	14,68
4. Exigível Operacional	10.874	11.745	(7,42)
4.1. Gestão Previdencial	9.859	10.739	(8,19)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.015	1.006	0,89
5. Exigível Contingencial	293.934	293.386	0,19
5.1. Gestão Previdencial	292.203	292.077	0,04
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.731	1.309	32,24

Mauricio Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO	2023	2022	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	3.051.162	2.653.035	15,01
1. Provisões Matemáticas	2.902.502	2.542.233	14,17
1.1. Benefícios Concedidos	811.519	798.559	1,62
Contribuição Definida	356.708	358.424	(0,48)
Benefício Definido	454.811	440.135	3,33
1.2. Benefício a Conceder	2.090.983	1.743.674	19,92
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	991.196	819.397	20,97
Saldo de Contas - Parcela Participantes	1.008.953	833.712	21,02
Saldo de Contas - Parcela Participantes EFPC	304	265	14,72
Benefício Definido	90.530	90.300	0,25
2. Equilíbrio Técnico	127.657	94.008	35,79
2.1. Resultados Realizados	127.657	94.008	35,79
Superávit Técnico Acumulado	127.657	94.008	35,79
Reserva de Contingência	120.348	94.008	28,02
Reserva Especial para Revisão do Plano	7.309	-	100,00
3. Fundos	18.474	14.222	29,90
3.1. Fundos Previdenciais	13.549	10.429	29,92
3.2. Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	4.925	3.793	29,84
4. Exigível Operacional	2.181	2.209	(1,27)
4.1. Gestão Previdencial	1.547	1.552	(0,32)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	634	657	(3,50)
5. Exigível Contingencial	348	363	(4,13)
5.1. Gestão Previdencial	348	363	(4,13)

Maurício Aparecido Lopes
 Presidente e.e.
 e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros
 Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 01/08/1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde do Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que obedecem ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Durante o exercício de 2023, o Economus efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB Asset Management, além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos.

As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) e a partir de 2022 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Desses, três planos estão estruturados na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Plano Regulamento Complementar nº 1 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.002-19, CNPJ 48.306.557/0001-81, destinado aos empregados do

Patrocinador Banco do Brasil, oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Complementar nº 2 - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.003-83, CNPJ 48.306.558/001-26, destinado aos empregados do Patrocinador Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime da CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para os dependentes dos participantes habilitados ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Geral - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.001-38, CNPJ 48.306.556/0001-37, destinado aos empregados dos Patrocinadores Banco do Brasil, oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e Economus, admitidos originariamente pelo regime da CLT, após 13/05/1974. O plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões desde 2006. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo saldamento do benefício, com os participantes ativos que não efetuaram essa opção e ainda com participantes em benefício proporcional diferido. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença, além do benefício de pecúlio por morte e por invalidez, estes dois últimos pagos em forma de prestação única.

Em 10/11/2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30/12/2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do Plano de Benefícios PrevMais, em 05/07/2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo Ofício nº 1.987.

Plano PrevMais - Plano instituído na modalidade de Contribuição Variável (CV), CNPB 20.060.034-29, CNPJ 48.307.319/0001-90, destinado aos empregados dos Patrocinadores Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e Economus, implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, aberto para novas adesões, no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. No momento da concessão do benefício de aposentadoria, o participante pode optar por um benefício de renda financeira ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus).

Plano de Gestão Administrativa - PGA - Tem a finalidade de registrar as atividades referentes

à gestão administrativa do Economus, CNPJ 49.320.799/0001-92 na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme revisão em fevereiro de 2023, Ata nº 464, e vigência a partir de 01/01/2023.

Quadro de Participantes

Em 31 de dezembro de 2023, o Economus possuía 22.777 participantes (22.953, em 2022), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos ^(a)	1.029	1.053	662	693	12	12	6.316	6.358
Aposentados	6	6	-	-	8.395	8.432	3.079	3.080
Pensões	3	3	3	3	741	700	211	186
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	2	10	93	113
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	29	34
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	-	-	2	3
Ativos - Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	1.992	2.055	-	-
Participantes em outras situações ^(b)	-	-	-	-	-	-	202	212
Total de Participantes	1.038	1.062	665	696	11.142	11.209	9.932	9.986

(a) Ativos em relação aos planos de benefícios.

(b) desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligados do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão do Instituto; ou falecidos.

2. Base para Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos contábeis aplicáveis às EFPC.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões (Previdencial, Administrativa e Assistencial) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, conforme segue:

Gestão Previdencial: atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos de benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, bem como da mutação patrimonial do plano de benefícios.

Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios, de caráter previdencial e assistencial. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial e assistencial leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: atividade de registro e de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios, de caráter assistencial, com registro na ANS tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais em separado, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (nota explicativa nº 18).

Investimentos: referem-se ao registro e controle das aplicações dos planos de benefícios de caráter previdencial e do PGA.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral, PrevMais e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

Conforme a legislação vigente, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

Balanco Patrimonial: Apresenta, de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: Apresenta, de forma consolidada, as movimentações ocorridas no Patrimônio Social dos planos da Entidade;

Demonstração do Ativo Líquido – DAL: Apresenta, por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais dos planos da Entidade;

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL: Apresenta, por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido no exercício;

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: Apresenta, de forma consolidada e por plano de benefícios, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as movimentações do fundo administrativo ocorridas no exercício;

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: Apresenta, por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas no final do exercício;

Notas Explicativas: Apresenta as políticas contábeis significativas e dá outras informações.

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidas a seguir:

3.1. Premissas e Estimativas contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas em investimentos, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

3.2. Apuração do Resultado

Representa as adições e as deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas do fluxo dos investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrem, independente do seu recebimento ou pagamento. Exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

3.3. Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como os instrumentos de dívida do patrocinador Banco do Brasil S.A. dos Planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral, e do patrocinador Economus referente ao Regulamento Geral, relativos aos déficits técnicos equacionados e registrados no grupo “Operações Contratadas”.

3.4. Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos, os valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa.

3.5. Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes.

3.5.1. Títulos Públicos e Ativos Financeiros de Crédito Privado.

São lastreadas em títulos públicos e ativos financeiros de créditos privado emitidos por instituições financeiras ou por empresas, as quais são registradas inicialmente pelo custo, inclusive corretagem e emolumentos, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro-rata até o encerramento do balanço e deduzido, quando aplicável, das provisões para perdas. Possuem remuneração paga em intervalos de tempo e em condições predefinidas.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes são reconhecidos a débito de “Deduções/Variações Negativas” (despesa).

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5.2. Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis do Economus, conforme determinado e informado pelos seus

respectivos administradores na CVM.

3.5.3. Investimentos em Imóveis

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados por meio de avaliações anuais a valor de mercado, conforme legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com legislação específica da Previc.

Os valores dos imóveis são com base em laudo de avaliação elaborado por terceiros. As avaliações estão em conformidade com as determinações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e com as Normas Brasileiras (NBR) para Avaliações de Bens Imóveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.5.4. Operações com Participantes

São operações com empréstimos a participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.5.5. Depósitos Judiciais e Recursais de Investimentos

Têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais relativos às contingências dos investimentos na fase de cumprimento de sentença.

3.5.6. Recursos a Receber de Precatórios

Precatórios são formalizações de requisições de pagamentos expedidos pelo Judiciário para cobrar da União o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.

Considerando a Resolução CNPC nº 43/2021, combinada com as orientações contidas no Ofício Circular nº 19/2022 enviado pela Previc, o precatório do Economus foi classificado como “títulos para negociação”, com a “adoção de técnica ou modelo de precificação” como metodologia para a determinação do “valor de mercado” ou “valor justo”.

O cálculo do Valor Justo considerará o inciso “II”, do § 2º, do art. 31, da Resolução CNPC nº 43/2021, combinado com a orientação contida na letra “f”, do item 5, do Ofício Circular Previc nº 19/2022.

A metodologia aplicada no cálculo do Valor Justo inicia-se pela estimativa do valor futuro do precatório, por meio de sua correção pelo IPCA, até a data-base dezembro de 2027, e, posteriormente, realizar o cálculo a valor presente, descontando-o pela Taxa Mínima Atuarial do Plano de Benefícios Regulamento Geral (INPC + 4,75% a.a).

3.5.7. Outros Realizáveis

Têm por finalidade registrar as aplicações efetuadas pelo plano em outras modalidades de investimentos, decorrentes de Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev.

3.6. Imobilizado e Intangível

O imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos, destinados à

manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. São registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

O intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os gastos registrados no intangível (abrangido pelo CPC 04 (R1)) são apresentados pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecidos pelo valor aplicado e amortizado no prazo estabelecido pela área técnica, tomando como base premissas razoáveis e comprováveis, que representem a melhor estimativa da Administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

As seguintes alíquotas anuais são aplicadas:

Imobilizado: a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, *hardware*, exceto celulares e *tablets*, que são depreciados em 18 meses, de acordo com os normativos internos.

Intangível: é composto por softwares, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

3.7. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para as operações com participantes ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa nas operações com participantes, segundo critérios definidos no artigo 199, da Instrução Previc nº 23/2023, e alterações posteriores:

- I. Provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II. Provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III. Provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV. Provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V. Provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI. Provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII. Provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

Observamos que as carteiras de operações com participantes contam com a constituição de um fundo de contingência, destinado a quitação em caso de inadimplência.

3.8. Gestão Assistencial

São registrados os recursos referentes aos serviços assistenciais à saúde, de forma segregada dos recursos dos demais planos de benefícios administrados pelo Economus, e seguem as normas

contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3.9. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e dos investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias incorridas, quando aplicável. São decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

3.10. Exigível Contingencial

Decorrente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, movidas por terceiros, ex-empregados, ex-participantes, entidades de representação e órgãos públicos.

Essas contingências levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo valor possa ser estimado com suficiente segurança.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Para fins de contingência, os processos judiciais e administrativos são classificados como:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados em notas explicativas, sem que sejam registrados;
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação nas demonstrações contábeis.

O critério de provisão das ações é alinhado com o Pronunciamento Técnico CPC 25 e unificada a regra para processos que tramitam na esfera administrativa, na Justiça do Trabalho, na Justiça Federal e na Justiça Comum. A classificação da perspectiva de perda deve levar em consideração não apenas a jurisprudência e resultado da ação, mas também a opinião dos advogados, a legislação e as informações do processo.

Em relação ao critério quantitativo considera a melhor estimativa de desembolso, acarretando a reversão da provisão de processos que tinham como objeto apenas a obrigação de fazer, e não a obrigação de pagar, e a adequação ou aumento dos processos que pedem que o Economus pague a condenação, os quais passam a ser periodicamente revistos conforme fatos relevantes do processo, especialmente quando da sentença ou acórdão.

A provisão leva em consideração a melhor estimativa de desembolso, nos termos das normas vigentes, e quando não houver elementos para o cálculo, que ocorre para um tipo de processo recorrente, é provisionado o valor médio de desembolso dos três últimos anos.

Em relação às ações trabalhistas e cíveis envolvendo participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais e o registro na contingência no mesmo montante.

As provisões são efetuadas mensalmente e revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração avalia que as provisões constituídas para os processos judiciais são suficientes para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus advogados, estando de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos em relação às decisões desfavoráveis ao Economus.

3.10.1. Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da possibilidade de recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

3.11. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano. O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura dos planos e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

3.11.1. Provisões Matemáticas

Nos cálculos atuariais dos planos são adotados regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais em consonância com a legislação vigente, guardando relação direta com as obrigações e compromissos assumidos pelos planos de benefícios.

Tanto os regimes financeiros quanto os métodos de financiamento estão dispostos nos pareceres e notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, também chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor apurado atuarialmente pelos atuários externos, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e pensionistas em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

- **Contribuição definida:** registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referente às parcelas de contribuição dos participantes e patrocinadores, que compõem o montante financeiro individual, acrescidas da rentabilidade líquida.
- **Benefício definido:** registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros e o valor atual das contribuições futuras.

(-) Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias, referentes aos planos de equacionamentos de déficits observados.

Conforme legislação vigente, para os Planos de Benefício Regulamento Complementar nº 1 (déficit de 2015) e Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017), a parcela da dívida do patrocinador Banco do Brasil S.A. e Economus está registrada no Ativo no grupo “Operações Contratadas”, pois, possuem instrumento de dívida.

3.11.2. Equilíbrio técnico

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício). O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados de acordo com as normas do CNPC e da Previc.

Reserva de Contingência: registra o valor do Superávit Técnico até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Reserva Especial para revisão do Plano: registra o valor do Superávit Técnico que exceder ao valor da Reserva de Contingência, o montante apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios, deve ser integralmente destinado à revisão do plano de benefícios, até o final do exercício subsequente.

Déficit Técnico: registra a insuficiência patrimonial dos planos de benefícios.

3.11.3. Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

Fundos Previdenciais: Aplicado ao Plano PrevMais (CV) dado a sua característica, o fundo previdencial é composto pelo fundo de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes.

Fundos Administrativos: É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizados no grupo de contas da Gestão Administrativa.

Fundos para Garantia das Operações com Participantes: É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

3.12. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, aprovado por meio do plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

A partir de abril de 2023, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Plano Regulamento Complementar nº 1**: correspondente à contribuição de 0,60% (0,60%, em 2022) do salário real de participação dos participantes ativos e da complementação dos assistidos, com paridade patronal.
- **Plano Regulamento Complementar nº 2**: correspondente à contribuição de 0,90% (0,90%,

em 2022) do salário real de participação dos participantes ativos e da complementação dos pensionistas., com paridade patronal.

- **Plano Regulamento Geral:** correspondente à contribuição de 0,65% (0,65%, em 2022) do salário real de participação (Ativos não optantes pelo Saldamento), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício proporcional saldado (optantes pelo Saldamento) e da complementação dos assistidos, com paridade patronal. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,30% (1,30%, em 2022) do salário real de participação;
- **Plano PrevMais:** correspondente à contribuição de 0,45% (0,45%, em 2022) sobre o salário de benefício dos participantes e assistidos, com paridade patronal. Para os participantes autopatrocinados e optantes pelo BPD, a contribuição corresponde a 0,90%
- **Custeio Administrativo de Investimentos:** correspondente à cobrança de 0,15% (0,15%, em 2022) sobre os recursos garantidores de cada plano de benefícios administrado.

3.13. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Instrução Previc nº 23/2023 e alterações posteriores. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores do fundo administrativo nos planos previdenciais.

O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023, anulou as seguintes operações:

Descrição	2023	2022
ATIVO	141.978	125.833
Realizável	141.978	125.833
Gestão Administrativa	141.978	125.833
PASSIVO	(141.978)	(125.833)
Fundos	(141.978)	(125.833)
Fundos Administrativos	(141.978)	(125.833)

4. Gestão de Riscos

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de Instrumentos Institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiam a tomada de decisão, contribuem para o aprimoramento dos processos e mitigam a ocorrência de possíveis desvios. Estes Instrumentos Institucionais viabilizam a implementação do gerenciamento de integridade, riscos e controles internos da gestão no âmbito do Instituto.

Na visão do Instituto, que é responsável pela administração de planos de previdência, o risco é inerente à realização de atividades complexas. Cabe ao Economus não restringir por completo a exposição a um risco, pois isso, tornaria inviável quaisquer operações, mas explorar os aspectos positivos e os negativos aos quais estamos expostos, a fim de assegurar que as metas estatutárias sejam cumpridas dentro de patamares seguros para a viabilidade e sustentabilidade de seus planos.

Ainda, o Economus parte do princípio de que a tomada de risco é uma decisão colegiada e, portanto, o apetite a risco da Entidade é parte integrante de sua Gestão de Risco, que abrange todos os planos administrados pelo Instituto, respeitando suas particularidades de regulamento e composição de risco, e que é revisada e aprovada anualmente pela governança da Entidade.

Além desse processo de revisão, há um acompanhamento ativo, sob todos os aspectos definidos pelas diretrizes de investimentos, com a finalidade de assegurar que os pontos abordados em sua Política de Investimentos estejam sendo cumpridos e explorados para o cumprimento das metas estabelecidas para cada um dos planos.

Toda e qualquer tomada de decisão de riscos no Economus é amparada pelos seguintes pilares:

a) Cultura e Governança; b) Estratégia e Objetivo; c) Performance; d) Avaliação e Revisão; e) Informação; f) Comunicação e Reporte.

Soma-se ainda a estes pilares o respeito à particularidade de cada plano previdencial, os quais necessitam de análises e cenários diferentes de exposição de riscos, em função das características da composição de risco de cada plano.

4.1. Risco Operacional

É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes das falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, de pessoas ou de sistemas informatizados, ou ainda da ocorrência de eventos externos.

O gerenciamento dos riscos operacionais dos processos do Economus tem o objetivo de prevenir ameaças ou mitigar a materialização de evento de perda operacional que possa impactar na capacidade de alcançar seus objetivos, podendo ocasionar prejuízos financeiros e gerenciais. Constitui-se em modelos e melhores práticas de Gestão Baseada em Riscos (GBR) e de Sistemas de Controles Internos (SCI), observadas as legislações e especificidades do segmento de previdência complementar. Os riscos operacionais são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, sendo o nível de exposição mensurado sob a ótica da frequência e severidade e formalizado em matriz de riscos.

4.2. Risco de Mercado

É o risco de perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou commodities.

Para o gerenciamento do risco de mercado, são calculadas diversas métricas para todos os fundos, como VaR, duration e tracking error. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agrega testes de aderência do modelo de VaR (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados.

Em 2023 todos os limites de risco de mercado foram respeitados para todos os segmentos.

4.3. Risco de Crédito

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de rating de um emissor de títulos ou default.

A gestão do risco de crédito utiliza-se de comitês que atuam, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Instituto, bem como revendo políticas e práticas de controle.

Ao longo de 2023 os planos não realizaram operações classificadas como alto risco de crédito. Os Comitês de Gestão de Risco e Investimentos, acompanham o desempenho dos papéis e seus respectivos ratings estabelecidos pelas principais agências de classificação de risco.

4.4. Risco Atuarial

A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano de benefícios. Em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, o Economus emprega um conjunto de ações e processos para monitorar e avaliar quantitativamente e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, adotando alternativas estratégicas para minimizar seus potenciais impactos.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus mapeia e identifica os riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado na realidade de cada plano de benefícios, dado pelas hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, bem como pela precificação de ativo e passivo.

4.5. Risco Legal ou de Enquadramento

O risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade, assim como também está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das carteiras de investimentos e das ações do Instituto com sociedade e fornecedores aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O principal objetivo de Gestão de Risco Legal é assegurar que a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

O Economus controla a conformidade legal e o enquadramento, por meio do constante monitoramento de eventuais desenquadramentos dos investimentos em relação aos limites estabelecidos na regulamentação para o nosso segmento e pelas Políticas internas.

4.6. Gerenciamento dos Riscos do Economus em 2023

No gerenciamento dos seus riscos, o Economus realizou Testes Segregados de Controle na totalidade dos processos do Instituto classificados como “alta criticidade”. A área de riscos adentrou aos processos de cada unidade, formando opiniões baseadas em evidências, dando um maior poder as análises e fortalecendo o processo anual de avaliação de riscos e controles internos. A realização de testes segregados e os resultados obtidos retroalimentam a avaliação periódica do Instituto, fornecendo uma perspectiva empírica, baseando-se nas evidências adquiridas durante a realização dos testes.

Ambiente interno: Execução periódica de escaneamento de vulnerabilidades, implantação de ferramentas para monitoramento da segurança do ambiente, modernização da ferramenta de antivírus, implantação do monitoramento de ameaças (threat intelligence), implantação de ferramenta de gestão de patches, eliminação de vulnerabilidades encontradas durante o escaneamento de vulnerabilidades, ampliação da segurança do ambiente com a realização de

ações pontuais, além de promover treinamentos e conscientizações de todo o seu quadro de colaboradores ministrados por especialistas em segurança da informação.

Ambiente Externo: Realização periódica de Pentest, atualização da tecnologia do portal Economus, contratação de site WAF (Web Application Firewall) externo.

Compliance: O Instituto monitora a Agenda de Obrigações Legais e Institucionais do Economus, bem como acompanha novas legislações publicadas para o segmento previdencial. Em caso de não cumprimento, o sistema emite um relatório de atraso para as unidades que, eventualmente, tenham infringido alguma obrigação legal, sendo seu reporte efetuado no Comitê de Gestão de Riscos.

As Obrigações Legais do Instituto são cadastradas, mantidas e acompanhadas diariamente em sistema específico para sua gestão.

5. Realizável da Gestão Previdencial

Apresentamos abaixo, o realizável da gestão previdencial que registra, além das contribuições normais, adiantamentos, depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, valores a receber em processo de conciliação no patrocinador.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contribuições do Mês ^(a)	8	8	-	20	8.463	7.840	127	153	8.598	8.021
Patrocinadores	1	1	-	-	8.009	7.238	124	150	8.134	7.389
Participantes	7	7	-	20	442	590	3	3	452	620
Autopatrocinados	-	-	-	-	12	12	-	-	12	12
Operações Contratadas ^(b)	2.186	3.063	-	-	894.016	937.011	-	-	896.202	940.074
Déficit de 2015 - Patrocinador	2.186	3.063	-	-	101.137	114.717	-	-	103.323	117.780
Déficit de 2017 - Patrocinador	-	-	-	-	792.879	822.294	-	-	792.879	822.294
Adiantamentos	-	-	78	154	1.396	1.262	-	28	1.474	1.444
Depósitos Judiciais ^(c)	11.047	11.389	2.196	2.782	163.494	138.831	348	348	177.085	153.350
Demais Realizáveis ^(d)	778	778	45	50	26	53	-	-	849	881
Total da Gestão Previdencial	14.019	15.238	2.319	3.006	1.067.395	1.084.997	475	529	1.084.208	1.103.770

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados dos Planos de Benefício.

(b) Trata-se do registro contábil da dívida das patrocinadoras com instrumentos contratuais de dívidas relativos aos financiamentos de déficit técnico equacionado contabilizados no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável da Gestão Previdencial". Os prazos de amortização, bem como o saldo devedor são descritos na nota explicativa nº 12.4.1.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 822 (R\$ 822, em 2022).

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2023	2022
Contas a Receber	14.820	12.400
Contribuições para o Custeio do Mês	1.259	1.255
Responsabilidade dos Empregados	334	153
Outros Recursos a Receber	13.227	10.992
Taxa Administrativa dos Empréstimos a Participantes	136	127
Transferência entre Administrativos ^(a)	2.523	2.379
Outros Valores a Receber dos Planos de Benefícios	67	68
Reembolsos Judiciais do Regulamento Complementar n° 1 e n° 2 ^(b)	10.501	8.418
Despesas Antecipadas	10	11
Depósitos Judiciais/Recursais ^(c)	19.908	23.417
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.155	1.080
Total da Gestão Administrativa	35.896	36.908

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2023, recebidos em janeiro de 2024.

(b) Compostos pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar n° 1 e n° 2.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

7. Realizável de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Ativos Financeiros de Crédito Privado, Renda Variável, Fundos de Investimento, Investimentos em Imóveis, Operações com Participante, Depósitos Judiciais/Recursais e Outros Realizáveis dos Investimentos. Alcançou o montante de R\$ 9.648.996 (R\$ 9.019.064, em 2022), a seguir demonstrado.

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Títulos Públicos Federais	56.666	59.179	38.592	45.395	5.456.796	5.059.346	498.240	596.873	9.643	8.520	6.059.937	5.769.313
Notas do Tesouro Nacional	56.666	59.179	38.592	45.395	5.456.796	5.059.346	498.240	596.873	-	-	6.050.294	5.760.793
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	9.643	8.520	9.643	8.520
Ativos Financeiros de Crédito Privado	3.530	6.719	1.177	2.410	85.945	147.745	70.652	344.196	-	8.645	161.304	509.715
Letras Financeiras - LF	3.530	6.398	1.177	2.153	85.945	147.745	70.652	327.302	-	8.645	161.304	492.243
Debêntures de Empresa S.A. Aberta	-	321	-	257	-	-	-	16.894	-	-	-	17.472
Fundos de Investimentos	21.544	5.463	19.847	5.356	497.002	639.373	2.312.464	1.552.110	122.517	102.168	2.973.374	2.304.470
Fundo de Renda Fixa	21.544	5.463	19.847	5.356	233.603	183.115	2.137.844	1.390.734	122.517	102.168	2.535.355	1.686.836
Fundo de Ações	-	-	-	-	168.969	356.300	171.435	157.894	-	-	340.404	514.194
Fundo de Investimentos em Participações - FIP	-	-	-	-	80.060	88.790	3.185	3.482	-	-	83.245	92.272
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	-	-	-	-	15.158	12.558	-	-	-	-	15.158	12.558
(-) Perdas Estimadas - FIP	-	-	-	-	(788)	(1.390)	-	-	-	-	(788)	(1.390)
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	140.884	141.973	-	-	-	-	140.884	141.973
Operações com Participantes (Empréstimos)	9.382	9.100	3.599	4.068	90.832	88.410	169.319	159.316	-	-	273.132	260.894
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	-	1.702	1.309	-	-	-	-	1.702	1.309
Recursos a Receber - Precatórios	-	-	-	-	34.429	27.471	-	-	-	-	34.429	27.471
Outros Realizáveis - Investimentos	-	-	-	-	4.234	3.919	-	-	-	-	4.234	3.919
Total dos Investimentos	91.122	80.461	63.215	57.229	6.311.824	6.109.546	3.050.675	2.652.495	132.160	119.333	9.648.996	9.019.064

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 37, de 13/03/2020, os investimentos classificados na categoria Títulos para negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) ou provedor de preços contratado pelo Economus (Pop BR), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor das cotas, divulgadas diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as a es e os títulos privados são custodiadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), e as cotas de fundo de investimentos nas seguintes institui es:

- Banco Bradesco S.A.
- Banco BTG Pactual S.A.
- Banco Daycoval S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Brl Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
- Caixa Econ mica Federal
- Itaú Unibanco S.A.
- Lions Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

7.1 Títulos Públicos

Descri�o	2023	2022
Regulamento Complementar n� 1	56.666	59.179
Notas do Tesouro Nacional - Série B	56.666	59.179
Regulamento Complementar n� 2	38.592	45.395
Notas do Tesouro Nacional - Série B	38.592	45.395
Regulamento Geral	5.456.796	5.059.346
Notas do Tesouro Nacional - Série C	544.274	565.315
Notas do Tesouro Nacional - Série B	4.912.522	4.494.031
PrevMais	498.240	596.873
Notas do Tesouro Nacional - Série B	498.240	596.873
PGA	9.643	8.520
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	9.643	8.520
Total dos Títulos Públicos	6.059.937	5.769.313

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.1.1 Títulos Públicos Mantidos até Vencimento

Descrição	2023			2022
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor do papel na curva / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			54.832	56.666
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	3.074	13.702	13.257
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	2.430	11.086	7.289
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	4.253	19.124	16.097
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.377	10.920	10.708
Regulamento Complementar nº 2			39.029	38.592
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	1.703	1.699
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	710	3.091	2.867
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2028	82	361	336
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	5.187	23.120	22.310
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2032	262	1.171	1.050
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	2.086	9.583	8.821
Regulamento Geral			5.460.570	5.456.796
Notas do Tesouro Nacional - Série C	01/01/2031	81.000	701.991	544.274
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	10.000	42.582	40.335
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	19.680	85.671	79.386
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	15.000	66.860	58.300
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	149.320	664.455	608.691
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	72.269	329.701	181.153
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	345.148	1.552.001	1.477.810
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	439.122	2.017.309	1.926.280
PrevMais			514.204	498.240
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	6.100	26.554	40.101
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	2.500	11.143	24.664
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	3.835	17.065	9.997
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	12.400	56.570	14.819
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	23.367	105.073	71.180
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	64.824	297.799	280.577
Total			6.068.635	6.050.294

A Administração do Economus manifesta a intenção de manter esses títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, os planos de benefício, de capacidade financeira, como tem sido atestado pela Consultoria Atuarial por ocasião da elaboração dos testes de convergência. São elaborados estudos gerenciais internos com software de “gestão de ativos e passivos” (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pelo Economus, no curto, médio e longo prazos.

7.1.2 Títulos Públicos para Negociação

Descrição	2023			2022
	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado / Contábil	Valor de Mercado / Contábil
Regulamento Complementar nº 1			-	11.828
Notas do Tesouro Nacional - Série B			-	11.828
Regulamento Complementar nº 2			-	8.404
Notas do Tesouro Nacional - Série B			-	8.404
Regulamento Geral			-	122.076
Notas do Tesouro Nacional - Série B			-	30.270
Notas do Tesouro Nacional - Série B			-	91.806
PrevMais			-	155.535
Notas do Tesouro Nacional - Série B			-	155.535
PGA			9.643	8.520
Letras Financeiras do Tesouro (Tesouro Selic)	01/09/2025	676	9.643	8.520
Total dos Títulos Públicos			9.643	306.363

7.2 Ativos Financeiros de Crédito Privado

Descrição	2023	2022
Regulamento Complementar nº 1	3.530	6.719
Letras Financeiras - LF	3.530	6.398
Debêntures de Empresas S.A. Aberta	-	321
Regulamento Complementar nº 2	1.177	2.410
Letras Financeiras - LF	1.177	2.153
Debêntures de Empresas S.A. Aberta	-	257
Regulamento Geral	85.945	147.745
Letras Financeiras - LF	85.945	147.745
PrevMais	70.652	344.196
Letras Financeiras - LF	70.652	327.302
Debêntures de Empresas S.A. Aberta	-	16.894
PGA	-	8.645
Letras Financeiras - LF	-	8.645
Total dos Ativos Financeiros de Crédito Privado	161.304	509.715

7.2.1 Títulos Privados Mantidos até Vencimento

Descrição	Emissor	Risco de Crédito	2023		Valor de Mercado	Valor Contábil	2022
			Vencimento	Quantidade			Valor Contábil
Regulamento Complementar nº 1					-	-	3.551
Letras Financeiras					-	-	3.230
Letra Financeira	SAFRA	AAA	27/07/2023		-	-	3.230
Debêntures					-	-	321
Debênture	ECORODOVIAS	AA	15/04/2026		-	-	321
Regulamento Complementar nº 2					-	-	2.410
Letras Financeiras					-	-	2.153
Letra Financeira	SAFRA	AAA	27/07/2023		-	-	2.153
Debêntures					-	-	257
Debênture	ECORODOVIAS	AA	15/04/2026		-	-	257
Regulamento Geral					27.321	27.068	145.376
Letras Financeiras					27.321	27.068	145.376
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023		-	-	23.543
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	24/04/2023		-	-	35.054
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/04/2023		-	-	30.257
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	04/08/2023		-	-	32.231
Letra Financeira	SAFRA	AAA	23/02/2027	-	-	-	24.291
Letra Financeira	SAFRA	AAA	23/02/2027	25,0000	27.321	27.068	-
PrevMais					-	-	340.115
Letras Financeiras					-	-	323.221
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023		-	-	51.401
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	24/04/2023		-	-	1.865
Letra Financeira	SAFRA	AAA	25/04/2023		-	-	42.813
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	05/07/2023		-	-	87.729
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	11/11/2023		-	-	139.413
Debêntures					-	-	16.894
Debênture	LORT	AAA	15/02/2023		-	-	2.965
Debênture	SABESP	AAA	15/02/2023		-	-	698
Debênture	CCRO	AA	15/11/2024		-	-	4.483
Debênture	LORT	AAA	15/02/2025		-	-	5.534
Debênture	ECORODOVIAS	AA	15/04/2026		-	-	3.214
PGA					-	-	8.645
Letras Financeiras					-	-	8.645
Letra Financeira	VOTORANTIM	AAA	20/04/2023		-	-	4.467
Letra Financeira	BRADESCO	AAA	05/07/2023		-	-	4.178
Total					27.321	27.068	500.097

Todos os ativos financeiros são classificados como baixo risco de crédito, os quais são definidos pela nota (rating) emitida pelas principais agências classificadoras de risco de crédito (Moody's Investor Service - Moody's; Standard & Poor's Global Ratings - Standard & Poor's; e Fitch Ratings - Fitch).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.2.2 Títulos Privados para Negociação

Descrição	2023						2022
	Emissor	Risco de Crédito	Vencimento	Quantidade	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Contábil
Regulamento Complementar nº 1					3.530	3.530	3.168
Letras Financeiras					3.530	3.530	3.168
Letra Financeira	SAFRA	A A A	25/04/2023	-	-	-	3.168
Letra Financeira	SAFRA	A A A	04/01/2030	117.867	1.179	1.179	-
Letra Financeira	SAFRA	A A A	07/01/2030	118.577	593	593	-
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	07/01/2030	117.132	1.171	1.171	-
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	08/01/2030	117.437	587	587	-
Regulamento Complementar nº 2					1.177	1.177	3.168
Letras Financeiras					1.177	1.177	3.168
Letra Financeira	SAFRA	A A A	04/01/2030	117.867	354	354	-
Letra Financeira	SAFRA	A A A	07/01/2030	118.577	237	237	-
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	07/01/2030	117.132	351	351	-
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	08/01/2030	117.437	235	235	-
Regulamento Geral					58.877	58.877	2.369
Letras Financeiras					58.877	58.877	2.369
Letra Financeira	VOTORANTIM	A A A	20/04/2023	-	-	-	815
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	24/04/2023	-	-	-	106
Letra Financeira	SAFRA	A A A	25/04/2023	-	-	-	1.448
Letra Financeira	SAFRA	A A A	04/01/2030	125	14.733	14.733	-
Letra Financeira	SAFRA	A A A	07/01/2030	125	14.822	14.822	-
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	07/01/2030	125	14.641	14.641	-
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	08/01/2030	125	14.680	14.680	-
PrevMais					70.652	70.652	4.081
Letras Financeiras					70.652	70.652	4.081
Letra Financeira	VOTORANTIM	A A A	20/04/2023	-	-	-	873
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	24/04/2023	-	-	-	266
Letra Financeira	SAFRA	A A A	25/04/2023	-	-	-	2.942
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	07/01/2030	150	17.570	17.570	-
Letra Financeira	BRADESCO	A A A	08/01/2030	150	17.616	17.616	-
Letra Financeira	SAFRA	A A A	04/01/2030	150	17.680	17.680	-
Letra Financeira	SAFRA	A A A	07/01/2030	150	17.787	17.787	-
Total					134.236	134.236	9.618

7.3 Fundo de Investimentos

Descrição	2023	2022
Regulamento Complementar nº 1	21.544	5.463
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	21.544	5.463
Regulamento Complementar nº 2	19.847	5.356
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	19.847	5.356
Regulamento Geral	497.002	639.373
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	233.603	183.115
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	168.969	356.300
Fundo de Investimento em Participações	80.060	88.790
Fundo de Investimento Imobiliário - FII	15.158	12.558
(-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimento	(788)	(1.390)
PrevMais	2.312.464	1.552.110
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	2.137.844	1.390.734
Fundo de Ações (Fundo Exclusivo ECO STOCKS FIC FIA)	171.435	157.894
Fundo de Investimento em Participações	3.185	3.482
PGA	122.517	102.168
Fundo de Renda Fixa (Fundo Exclusivo ECO CASH FIC FI)	122.517	102.168
Total dos Fundos de Investimentos	2.973.374	2.304.470

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.3.1 Fundos de Renda Fixa e Ações – Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2023, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 3.007.431 (R\$ 2.320.961, em 2022). Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos classificados em “Fundos de Renda Fixa” estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/Passivo	
	2023	2022
ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	2.667.026	1.806.767
BB Eco Plus FI RF CP (a)	2.431.988	1.529.728
Bradesco H.FI RF CP LP Performace Institucional (a)	-	74.218
FI Votorantin INS RF (a)	-	-
BB Top RF Índice de Preço FI RF LP (b)	172.790	148.878
Santander Fic Fi Ima-b Institucional Títulos Públicos RF LP (b)	-	-
BB Top RF Agressivo Pre FI RF LP (c)	62.092	53.298
Caixa/Disponível	194	672
Valores a Receber	34	34
Valores a Pagar	(73)	(61)
(a) Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.		
(b) Carteira, basicamente, representada por Notas do Tesouro Nacional - Série B (IPCA).		
(c) Carteira, basicamente, representada por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LTN).		
ECO STOCKS FIC FIA	340.405	514.194
Fundo de Renda Variável*	340.113	513.908
Ação da Vale ON	47.199	92.505
Ação da Petrobras PN	23.486	25.810
Ação do Itaú Unibanco PN	22.526	27.473
Ação da Petrobras ON	19.927	23.966
Ação do Bradesco PN	12.147	17.802
Ação da Eletrobras ON	11.605	19.531
Ação da B3 ON	11.259	18.110
Ação da Brasil ON	10.867	11.103
Ação da Ambev ON	8.333	14.660
Outras Ações	172.764	262.948
Valores a Pagar	(16)	(22)
Disponível	307	308
Valores a Receber	1	-

* Abertura das 9 maiores ações da carteira.

O Fundo ECO CASH FIC FI Renda Fixa recebe aplicações dos Planos Assistenciais geridos pelo Economus.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

7.3.2 Fundos de Investimentos em Participações

O Economus encerrou o exercício de 2023 com o montante de R\$ 83.245 (R\$ 92.272, em 2022), em Fundos de Investimento em Participações.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2023	Rentabilidade 2023	Saldo em 2022
Plano Regulamento Geral			239.522	472.780	80.060	3,35%	88.790
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	10.757	14.484	5.092	6,98%	5.716
FICFIP PATRIA R.E.II	10.979.378/0001-32	jul/10	21.413	20.186	907	-24,29%	1.670
FIP BRASIL PETROLEO ^(a)	14.240.738/0001-30	fev/12	13.406	34	788	-43,13%	1.390
FICFIP PATRIA SPE OP ^(c)	13.328.452/0001-49	nov/12	11.402	-	-	-98,70%	59
FIP BRASIL PORTOS	14.737.553/0001-36	mar/12	9.426	1.313	8.675	52,75%	5.877
FIP FBIE II	19.837.544/0001-30	jan/15	8.527	7.739	12.954	4,86%	12.396
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	11.852	11.762	1.959	11,17%	1.881
FIP NEO CAP MEZN III	19.933.445/0001-52	ago/14	11.289	-	17.526	-11,44%	19.638
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	10.442	1.573	5.043	-17,56%	6.131
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	16.038	6.872	21.960	-0,90%	22.916
FIP INDUSTRIAL PARKS	10.214.548/0001-98	nov/12	13.844	9.840	1.819	-1,99%	1.856
FIP COPA FLOREST III	17.672.294/0001-09	fev/16	20.253	39.609	753	29,88%	1.574
FIP CRP EMPREENDEDOR ^(c)	14.747.610/0001-68	mai/13	5.421	17.325	-	53,52%	1.206
FIP INV. INSTIT. III	09.064.476/0001-60	jul/08	18.933	22.501	301	94,85%	4.033
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	8.311	597	2.282	-6,52%	2.441
FIP BRASIL ÓLEO-GÁS ^(c)	14.713.775/0001-19	jul/12	10.320	688	-	-	5
FIP CAIXA BARCELONA ^(b)	15.254.490/0001-20	mar/13	36.253	316.928	-	-	-
FIP POLO R ESTATE II ^(b)	13.515.474/0001-18	dez/14	1.635	1.329	-	-	-
Plano PrevMais			4.632	3.029	3.185	-1,04%	3.482
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	645	2.062	-	53,52%	144
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	1.909	818	2.614	-0,90%	2.728
FICFIP PATR PRIV III	18.563.785/0001-76	dez/13	2.078	149	570	-6,52%	610
Total da carteira de Fundos de Investimentos em Participações			244.154	475.809	83.245		92.272

(a) Desde 2018, houve a liquidação total do fundo FIP Brasil Petróleo. A eliminação completa do saldo ocorreu devido à constituição de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

(b) Em 2019, conforme contratos com os fundos de participações foram encerradas e ocorreu o resgate das participações no FIP Polo R Estate II (fev/2019), e FIP Caixa Barcelona (out/2019).

(c) Em 2023, conforme contratos com os fundos de participações foram encerradas e ocorreu o resgate das participações no FIP Brasil Óleo e Gás (fev/2023), FICFIP Pátria Special Opportunities (jul/2023) e FIP CRP Empreendedor (nov/2023).

A seguir, apresentamos informações sobre as carteiras e principais variações nas aplicações dos FIPs no exercício de 2023.

Pátria Infraestrutura CNPJ 12.517.924/0001-49 (TIR 6,98%) – O Fundo apresentou desempenho de +6,98% em 2023. Em 31/12/2023, o portfólio de investimentos do Fundo era composto por: (i) 75,6% em Oceana Offshore (logística de suporte para plataformas de Óleo & Gás); e (ii) 24,4% em Hidrovias do Brasil (logística hidroviária). A companhia investida Hidrovias do Brasil (HBSA3), listada na B3, apresentou rentabilidade positiva de 74,3%, sendo o principal vetor de resultado ao fundo. A receita líquida da companhia totalizou R\$ 1,6 bilhão até set/23 e o EBITDA apresentou resultado de R\$ 772 milhões no mesmo período.

Pátria Real Estate II CNPJ 10.979.378/0001-32 (TIR -24,29%) – O Fundo apresentou desempenho de -24,29% em 2023. Em 31/12/2023, o portfólio de investimentos do Fundo era composto 100% por ações da companhia Alphaville. A companhia investida Alphaville (AVLL3), listada na B3, apresentou rentabilidade negativa no ano de -18,78%. O Lucro Líquido foi negativo em R\$ 422,5 mil, aumento de 274% do prejuízo na companhia, em comparação ao exercício encerrado no 3T22 (R\$ 113 mil). O alto nível de alavancagem da companhia segue sendo seu principal desafio estratégico.

FIP Brasil Petróleo CNPJ 14.240.738/0001-30 (TIR -43,13%) - O Fundo apresentou desempenho de -43,13% em 2023. Em 31/12/2023, o portfólio de investimentos do Fundo era composto por 100% em ações da Dock Brasil (estaleiro, apoio ao setor de óleo & gás). A companhia investida Dock

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasil, ao final do 3T2023, apresentou faturamento de R\$ 41 milhões, 197% superior ao verificado no 2T2023 devido à alta dos daily rates e das taxas de ocupação, além do aumento das operações em estaleiros de terceiros. O EBITDA fechou em R\$ 7,6 milhões, 230% acima do verificado no 3T2022 (R\$ 2,3 milhões). A dívida líquida da companhia fechou o 3T2023 em R\$ 86,5 milhões, sendo o principal desafio para a manutenção de suas atividades.

Pátria Special Opportunities CNPJ 13.328.452/0001-49 (TIR -98,70%) - O Fundo iniciou o ano de 2023 com saldo de apenas R\$ 59 mil e apresentou desempenho de -98,70% em 2023, onde o Gestor (Pátria) comunicou, em 21/07/2023, o desinvestimento dos 4 shoppings remanescentes do portfólio e encerramento da Holding Portfólio Centro Sul. Em 19/07/2023 os fundos acionistas da Holding alienaram suas respectivas participações. A transação foi realizada na modalidade “porteira fechada”, com a transferência de todos os ativos, passivos e obrigações da Holding e de seus Shoppings, concluindo assim o desinvestimento da totalidade dos ativos do Fundo.

Brasil Portos e Ativos Logísticos CNPJ 14.737.553/0001-36 (TIR 52,75%) - O Fundo apresentou desempenho de +52,75% em 2023. Em 31/12/2023, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 97,7% em Porto Itapoá (Terminal Portuário de Containers); e (ii) 2,3% em TGSC (Terminal de Granéis de Santa Catarina). A companhia investida Porto Itapoá, ao final do 3T2023, apresentou receita líquida de R\$ 146,3 milhões, 1,8% superior ao 3T23. O EBITDA no 3T23 foi de R\$ 78,6 milhões, contra R\$ 85 milhões do realizado no 3T22. O resultado do terminal no ano de 2023, nos 9M23, foi influenciado positivamente pelo maior volume de cargas importadas retiradas e pela maior movimentação nas operações de cais. Em relação a companhia investida TGSC, o Gestor (BRZ) reportou em 19/09/2023, que a transação de venda da participação societária do Fundo no ativo foi concluída com recebimento à vista, sendo remanescente taxa de sucesso a receber pelo Fundo em até 12 meses após o início da operação do terminal.

FIP FBIE II – CNPJ 19.837.544/0001-30 (TIR 4,9%) - O Fundo encerrou o exercício 2023 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 40,7% em Rede D´Or (rede de hospitais); (ii) 33,4% em Vitru (educação); e (iii) 25,9% em Tempo Participações (serviços para seguradoras). O resultado do Fundo observado no acumulado do ano foi impactado principalmente pela reavaliação a valor justo da empresa investida Tempo Participações, que apresentou resultado positivo de 16,7%. Em contrapartida, o desempenho das ações da Rede D´Or (ticker RDOR3), listada na B3, apresentou variação negativa de 1,36% no ano.

Neo Capital Mezanino – CNPJ 10.720.618/0001-80 (TIR 11,2%) - O Fundo encerrou o exercício 2023 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 57,0% em Aterpa (segmento de construção); (ii) 42,8% em Marelli (produção e comercialização de móveis corporativos) e (iii) 0,2% em Garfor (segmento logístico). Em mar/23, ocorreu a avaliação econômico-financeira (valor justo) dos ativos do Fundo, cujo impacto resultou na valorização do patrimônio líquido da carteira. O ajuste positivo ocorreu principalmente pela valorização de 19,4% do instrumento financeiro (recebível) oriundo do investimento na Aterpa, impactando o patrimônio líquido do Fundo em R\$ 4,6 milhões. As debêntures da Marelli detidas pelo Fundo também registraram variação positiva de 3,3%.

FIP Neo Capital III – CNPJ 19.933.445/0001-52 (TIR -11,4%) - O Fundo encerrou o exercício 2023 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 45,5% em Alloha (fornecedor de serviços de tecnologia e internet); (ii) 40,6% em Verzani & Sandrini (serviços de gestão predial) e (iii) 13,9% em Marelli (produção e comercialização de móveis corporativos). Em mar/23, ocorreu a avaliação econômico-financeira (valor justo) dos ativos do Fundo, cujo impacto resultou na

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

valorização do patrimônio líquido da carteira. O ajuste ocorreu devido a (i) desvalorização de 25,6% do investimento do Fundo na Verzani & Sandrini, impactando o patrimônio líquido do Fundo em R\$ 51,4 milhões; (ii) O investimento na Alloha registrou variação positiva de 4,0%, proporcionando aumento no patrimônio líquido de R\$ 6,4 milhões; (iii) já os ativos do investimento na Marelli registraram valorização de 5,6%, proporcionando impacto de R\$ 2,8 milhões no patrimônio líquido do Fundo.

FIP FBIE I – CNPJ 11.760.191/0001-06 (TIR -17,6%) - O Fundo encerrou o exercício de 2023 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 54,8% em Ri Happy (varejo para o público infantil); (ii) 34,5% em Rede D'Or (rede de hospitais); e (iii) 10,7% em Tok&Stok (varejo de móveis e utensílios). O resultado do Fundo se justifica principalmente pelas reavaliações a valor justo da empresa investida Tok&Stok, que apresentou resultado acumulado negativo de -75,2%, e pela queda de 1,36% na cotação das ações Rede D'Or (RDOR3), listada na B3. Em contrapartida, a avaliação a valor justo da empresa Ri Happy apresentou variação positiva de 27,3% no ano.

2B Capital - CNPJ 14.596.766/0001-95 (TIR -0,90%) - O Fundo encerrou o exercício 2023 com portfólio de investimentos composto da seguinte forma: (i) 39,25% na companhia Leveros (varejista e distribuidor de equipamentos de climatização); (ii) 36,51% na Aramis (varejista de vestuário masculino); (iii) 19,13% Livetech (distribuidor de tecnologia especializado posicionado nos segmentos de internet banda-larga). O resultado do Fundo observado no acumulado do ano (-0,90%) foi impactado principalmente pela queda de 28,86% das ações da Livetech (LVTC3), listada na B3.

Industrial Parks Brasil – 10.214.548/0001-98 (TIR -1,99%) - Atualmente o Fundo possui somente um terreno na carteira, no município de Jundiaí -SP, avaliado em R\$ 22,4 milhões, sendo o resultado função de sua reavaliação no período.

Copa Florestal III – CNPJ 17.672.294/0001-09 (TIR 29,88%) - Atualmente, o Fundo possui somente um ativo na carteira: (i) TRIM Florestal, cujo objeto consiste em plantios de eucalipto no MS. Em 2023, o principal impacto na rentabilidade do fundo de 29,88%, foram os recebimentos referentes aos desinvestimentos na carteira do fundo, das companhias Querência e Bandeirante. O fundo possui valores a receber de aproximadamente R\$ 20 milhões, referentes a desinvestimentos nos ativos TRIM Florestal S.A e Bandeirante Florestal S.A, em 2021.

CRP Empreendedor – CNPJ 14.747.610/0001-68 (TIR: 53,50%) - O Fundo foi encerrado em novembro, após ter concluído o desinvestimento de todos os ativos da carteira.

FIP Investidores Institucionais III – CNPJ 09.064.476/0001-60 (TIR 94,85%) - O Fundo concluiu o desinvestimento de todos os ativos da carteira, e atualmente possui o valor de aproximadamente R\$ 17,3 milhões, retido em conta escrow, para garantir a parcela que caberia ao Fundo de potenciais indenizações ao Comprador da Companhia A Geradora.

Pátria Real Estate III CNPJ 18.563.785/0001-76 (TIR -6,52%) – O Fundo apresentou desempenho de -6,52% em 2023. Em 31/12/2023, o portfólio de investimentos do Fundo era composto da seguinte forma: (i) 55,6% em Guardie Aqui (plataforma de Self Storage); (ii) 31,2% em Nova Santa Rita (galpão logístico); (iii) 7,3% em Alphaville (AVLL3) (loteamentos residenciais); (iv) 4,40% em Rio Office (Edifício Corporativo); e (v) 1,50% em Cidade Nova (Terreno). A companhia Guardie Aqui apresentou ocupação média estável de aproximadamente 80% no 3T23, com acréscimo de 10,3% no preço médio cobrado por m² frente ao mesmo período de 2022, dando sequência às iniciativas de aumento de receita desenvolvidas pela companhia.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A companhia investida Alphaville (AVLL3), listada na B3, apresentou rentabilidade negativa no ano (-18,78%), sendo o principal vetor de resultado do Fundo. A companhia encerrou o 3T23 com receita líquida de R\$ 303 milhões nos 9M23 de 2023, aumento de 80% em relação ao ano anterior. O EBITDA foi de R\$ 11 milhões no 9M23 com geração de caixa operacional de R\$ 18 milhões no acumulado do ano. O Lucro Líquido foi negativo em R\$ 422,5 mil, aumento de 274% do prejuízo na companhia, em comparação ao exercício encerrado no 3T22 (R\$ 113 mil). Em relação aos demais ativos do fundo, o Gestor segue buscando alternativas de desinvestimento.

7.3.3 Fundos de Investimentos Imobiliário

Descrição	2023	2022
Regulamento Geral	15.158	12.560
FII Centro Têxtil	2.180	2.195
FII Água Branca	12.978	8.888
FII Claritas Logist	-	1.477
Total dos Fundos de Investimentos Imobiliário	15.158	12.560

FII Centro Têxtil (TIR -0,68%): CNPJ 00.762.723/0001-28 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o ticker CTXT11, que detém 75% do imóvel Centro Têxtil Internacional, localizado no endereço Avenida Eng. Roberto Zuccolo, nº 555, Vila Leopoldina, São Paulo, SP. Ao longo do ano de 2023, o fundo apresentou desvalorização em suas cotas negociadas em bolsa, devido à vacância de 97% apresentada pelo fundo desde dez/21, sendo que a gestão do veículo tem buscado alternativas para reduzi-la.

FII Projeto Água Branca (TIR 64,56%): CNPJ 03.251.720/0001-18 - fundo de investimento imobiliário negociado na B3, sob o ticker FPAB11, que detém os edifícios New York e Los Angeles, localizados no endereço Av. Francisco Matarazzo, 1.500, Barra Funda, São Paulo, SP. O resultado do Fundo no acumulado do ano se justifica, principalmente, pela redução da vacância, que atingiu 69% em março/23, e encerrou o ano em 41%, mantendo perspectiva de redução adicional em 2024. Destacamos, adicionalmente, que o fundo teve alteração de sua administração aprovada em 2023, sendo o BTG Pactual designado como novo administrador.

FII Claritas Logística I (TIR -): CNPJ 97.521.194/0001-02 - fundo de investimento imobiliário fechado, que era composto por complexo de galpões logísticos no município de Ribeirão Preto, SP, e teve 100% dos seus ativos alienados em transação de 20/07/2021 com o FII BTG Pactual Logística, pelo total de R\$ 169,2 milhões. O fundo foi liquidado em 16/01/2023, com a distribuição de valor residual da transação (R\$ 1,49 milhão) ao Regulamento Geral. A rentabilidade do Fundo, desde o início, foi de 104,1% (MOIC – 1,74x).

7.3.4 (-) Perdas Estimadas - Fundos de Investimentos

Descrição	2023	2022
Regulamento Geral	(788)	(1.390)
FIP BRASIL PETROLEO - CNPJ 14.240.738/0001-30	(788)	(1.390)
Total das Perdas Estimadas - Fundo de Investimentos	(788)	(1.390)

Desde 2018, o Economus registra 100% do FIF Brasil Petróleo para perda.

7.4 Investimentos em Imóveis

Todos os investimentos imobiliários do Economus pertencem ao Plano de benefícios Regulamento Geral e são destinados exclusivamente para renda. Ao final do exercício de 2023, são demonstrados como segue:

Descrição	2022	Acréscimos/ Deduções	2023
Locadas a Patrocinador(es)	47.452	488	47.940
Edificações	47.195	480	47.675
Rua Domingos de Moraes, n° 896 - São Paulo	19.290	173	19.463
Praça Raul Leme, n° 212 - Bragança Paulista	3.696	210	3.906
Rua Teodoro Sampaio, n° 1600 - São Paulo	12.454	27	12.481
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 15 B - São Paulo	970	16	986
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 A - São Paulo	970	16	986
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 D - São Paulo	970	16	986
Rua Quirino de Andrade, n° 185 - São Paulo	8.845	22	8.867
Valores a Receber	257	8	265
Locadas a Terceiros	94.521	(1.577)	92.944
Edificações	94.431	(1.621)	92.810
Rua Bela Cintra, n° 769 - São Paulo	65.135	(2.293)	62.842
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.185	96	4.281
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.185	96	4.281
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.185	96	4.281
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.185	96	4.281
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.185	96	4.281
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.185	96	4.281
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 152 - São Paulo	4.186	96	4.282
Valores a Receber	90	44	134
Total dos Investimentos em Imóveis	141.973	(1.089)	140.884

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2023, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 4.947 (R\$ 5.107, em 2022).

O Economus reavaliou seus imóveis com laudo de avaliação em 01/11/2023, sendo ajustado contabilmente em dezembro de 2023. Os laudos de avaliação foram elaborados considerando as práticas e padrões profissionais aplicáveis de acordo com a NBR 14.653, da ABNT – Associação Brasileira e Normas Técnicas e recomendações de associações de classe como IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Personal Engenharia Ltda, CNPJ 18.129.034/0001-46, gerando variação patrimonial negativa de R\$ 1.141 (positiva de R\$ 1.183, em 2022), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil	Reavaliação	Ajuste da Reavaliação	Vida útil remanescente
Locados ao Patrocinador	47.195	47.675	480	
Rua Domingos de Moraes, n° 896 - São Paulo	19.290	19.463	173	42 anos
Praça Raul Leme, n° 212 - Bragança Paulista	3.696	3.906	210	32 anos
Rua Teodoro Sampaio, n° 1600 - São Paulo	12.454	12.481	27	47 anos
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 15 B - São Paulo	970	986	16	31 anos
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 A - São Paulo	970	986	16	31 anos
Rua Líbero Badaró n° 293 - Conjunto 17 D - São Paulo	970	986	16	31 anos
Rua Quirino de Andrade, n° 185 - São Paulo	8.845	8.867	22	35 anos
Locados a Terceiros	94.431	92.810	(1.621)	
Rua Bela Cintra, n° 769 - São Paulo	65.135	62.842	(2.293)	62 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 31 - São Paulo	4.185	4.281	96	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 41 - São Paulo	4.185	4.281	96	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 42 - São Paulo	4.185	4.281	96	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 141 - São Paulo	4.185	4.281	96	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 142 - São Paulo	4.185	4.281	96	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 151 - São Paulo	4.185	4.281	96	47 anos
Av Dr. Cardoso de Melo n° 1855 - Conjunto 152 - São Paulo	4.186	4.282	96	47 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	141.626	140.485	(1.141)	

7.5 Operações com Participantes

O Economus possui valores a receber de participantes, relativos a empréstimos a serem descontados em folha de pagamento junto ao patrocinador e folha de benefícios com garantia. Essas garantias estão representadas, no caso do empréstimo, pela reserva que a participante acumula do plano de benefícios (saldo de conta), pelo benefício mensal e pelo Fundo para Garantias das Operações com Participantes.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2023 é a seguinte:

Descrição	2022	Concessões	Amortizações	Juros	2023
Regulamento Complementar nº 1	9.100	5.506	(6.213)	989	9.382
Empréstimos a Participantes	9.101	5.506	(6.205)	989	9.391
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(1)	-	(8)	-	(9)
Regulamento Complementar nº 2	4.068	2.510	(3.404)	426	3.600
Empréstimos a Participantes	4.068	2.510	(3.404)	426	3.600
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	-	-	-	-	-
Regulamento Geral	88.410	47.058	(54.942)	10.306	90.832
Empréstimos a Participantes	88.569	46.978	(54.860)	10.306	90.993
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(159)	80	(82)	-	(161)
PrevMais	159.316	133.453	(141.074)	17.623	169.318
Empréstimos a Participantes	159.421	133.770	(141.291)	17.623	169.523
(-) Perdas Estimadas - Empréstimos a Participantes	(105)	(317)	217	-	(205)
Total de Operações com Participantes	260.894	188.527	(205.633)	29.344	273.132

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor principal acrescidos dos encargos contratuais. Os empréstimos são concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e PrevMais.

Planos	Juros modelo atual	Juros modelo antigo	Prazo	Limite do empréstimo
Regulamento Complementar n 1	Mensal - 0,518% + INPC	-	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Complementar n 2	Mensal - 0,537% + INPC	-	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido. Assistido: até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Geral	Mensal - 0,576% + INPC	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,798% ao mês	3 a 120 meses	Até R\$ 175.000,00. Ativo: 70% da reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida. Assistido: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano
PrevMais	Mensal - 0,457% + INPC	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,5726% ao mês	3 a 96 meses	Até R\$ 160.000,00. Ativo com menos de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante e 30% da renda mensal líquida Ativo com mais de 5 anos: 70% do MFI apenas do participante + patrocinadora e 30% da renda mensal líquida Assistido Renda Vitalícia: até 30% do benefício mensal líquido junto ao plano Assistido Programada: 70% do saldo de conta remanescente e 30% do benefício mensal líquido junto ao plano

As taxas de juros brutas contemplam a taxa de administração, taxa de contingência e o seguro prestamista, e não sofreram alterações, permanecendo as mesmas para o ano de 2023.

Além disso, é importante mencionar que é cobrado e descontado do valor principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme a legislação vigente.

Em caso de provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito), que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

7.6 Depósitos Judiciais e Recursais

Descrição	2023	2022
Regulamento Geral	1.702	1.309
Depósito Judiciais - Ação Cível (Imóveis)	-	6
Depósito Judiciais - Ação Tributária (Imóveis - IPTU)	1.702	1.303
Total de Depósitos Judiciais/Recursais	1.702	1.309

7.7 Recursos a Receber de Precatórios

Em 23/11/2021, a Assembleia Extraordinária da Abrapp, deliberou pela autorização para formalização de proposta junto à Procuradoria Regional da União da 2ª Região (PRU-2) referente aos títulos de OFND's – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico adquiridos em função do Decreto-Lei n.º 2.228/86 (alterado pelo DC 2383/87), onde pretendeu que as referidas OFND's fossem atualizadas pelo IPC, ao invés do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento às filiadas da Autora dos valores resultantes de novo cálculo, devidamente corrigidos e acrescidos dos juros cabíveis.

As partes assinaram o acordo em 25/03/2022, submeteram o documento no âmbito das 37 liquidações em curso tendo o Juízo do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESOL) homologado a transação em cada um dos processos em 28/03/2022.

Em 02/04/2022 foi certificado nos autos do processo 0145854-31.2015.4.02.5101 o envio da requisição de pagamento nº 22510013973 ao TRF 2, tendo a requisição do Economus sido processada e recebido o nº 5003913-04.2022.4.02.9388. O valor total da requisição em abril/2022 foi de R\$ 33.007 para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral.

Assim, consideramos a metodologia e variáveis o “Valor Justo” do precatório em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	2023	2022
Regulamento Geral	34.429	27.471
Recursos a Receber de Precatórios (OFND)	34.429	27.471
Total de Precatórios a Receber - Investimentos	34.429	27.471

O valor do precatório do Economus, plano de Benefícios Regulamento Geral, está depositado na conta judicial e disponível para saque desde 15/01/2024, no valor de R\$ 35.555.

7.8 Outros Realizáveis

Descrição	2023	2022
Regulamento Geral	4.234	3.919
Depósito Judicial em Garantia de Subscrição - Ambev ^(a)	4.234	3.919
Total de Outros Realizáveis - Investimentos	4.234	3.919

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

8. Perfil de Investimentos – Plano de Benefícios PrevMais

Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos:

Perfil	Qtd. Participantes (*)		Volume dos recursos		Rentabilidade (%)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Conservador	7.238	7.182	1.764.698	1.487.152	13,57%	11,94%
Moderado	1.143	1.144	326.946	262.910	14,25%	10,75%
Agressivo	586	656	192.483	188.972	15,40%	9,29%
Super Agressivo	388	435	135.990	126.933	16,18%	7,76%
Total	9.355	9.417	2.420.117	2.065.967		

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinador, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos, suspensos ou falecidos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do Montante Financeiro Individual (MFI) e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade de participantes informada refere-se ao perfil de investimento da última inscrição dos participantes no plano.

Perfil Conservador: busca realizar 100% de sua alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos, e agrupa uma composição de ativos financeiros com reduzido nível de risco, privilegiando em grande medida a liquidez da carteira e a preservação do valor investido. Essa classe de investimento é destinada aos participantes com baixa tolerância a risco e é recomendada para aqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais.

Perfil Moderado: busca realizar 85% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 15% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno superior ao verificado o Perfil Conservador no longo prazo com maior risco.

Perfil Agressivo: busca realizar 70% de alocação na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 30% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Moderado no longo prazo, com maior nível de risco. Destinado aos Participantes que estão dispostos a correr mais riscos em busca de maior retorno no longo prazo.

Perfil Super Agressivo: busca realizar 55% na carteira que combina Renda Fixa e Empréstimos e 45% na carteira de Renda Variável buscando obter retorno acima do Perfil Agressivo no longo prazo, com maior nível de risco e volatilidade. Este é o perfil que oferece maior nível de risco devido à maior participação em Renda Variável.

9. Imobilizado e Intangível

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2022	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2023
Imobilizado	630	377	(228)	(21)	758
Móveis e Utensílios	43	-	(27)	14	30
Máquinas e Equipamentos	579	366	(174)	(52)	719
Celulares e Tablets	8	11	(27)	17	9
Intangível	65	31	-	(17)	79
Software	65	31	-	(17)	79
Total do Imobilizado e Intangível	695	408	(228)	(38)	837

10. Exigível Operacional

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Gestão Previdencial	1.526	1.322	1.352	1.302	9.859	10.739	1.547	1.552	-	-	14.284	14.915
Benefícios a Pagar	-	-	108	185	68	68	-	-	-	-	176	253
Retenções a Recolher	4	3	2	2	9.715	10.125	1.404	1.408	-	-	11.125	11.538
Outras Exigibilidades ^(a)	1.522	1.319	1.242	1.115	76	546	143	144	-	-	2.983	3.124
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	6.636	6.970	6.636	6.970
Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	5.481	5.866	5.481	5.866
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.155	1.104	1.155	1.104
Investimento	22	22	13	13	1.015	1.006	634	657	-	-	1.684	1.698
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	37	38	-	-	-	-	37	38
Operações com Participantes	7	8	3	3	70	84	126	184	-	-	206	279
Taxa de Administração a Repassar	15	13	9	9	808	784	459	401	-	-	1.291	1.207
Retenções de Tributos a Recolher	-	-	1	1	28	38	45	64	-	-	74	103
Outras Exigibilidades ^(b)	-	1	-	-	72	62	4	8	-	-	76	71
Total do Exigível Operacional	1.548	1.344	1.365	1.315	10.874	11.745	2.181	2.209	6.636	6.970	22.604	23.583

(a) Referem-se à taxa de administração, às contribuições a repassar entre os planos de benefícios e Depósitos judiciais a repassar ao Banco do Brasi, quitadas em janeiro de 2024.

(b) Refere-se ao valor a pagar da taxa de custódia dos investimentos, juntamente com as despesas relacionadas aos imóveis do Regulamento Geral, quitados em janeiro de 2024.

11. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

As provisões de processos classificados com perda provável, ou seja, aqueles que o Economus entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Em 2023, o critério relativo à mensuração de valores foi atualizado para que, quando não houver elementos para cálculo da melhor estimativa de desembolso, a provisão seja calculada com base na média de valores desembolsados para ações semelhantes nos últimos três anos, além da inclusão na provisão dos honorários de sucumbência.

Descrição	Provisões		
	2022	Constituição/ (Reversão)	2023
Gestão Previdencial	306.610	(816)	305.794
Regulamento Complementar nº 1	11.389	(342)	11.047
Regulamento Complementar nº 2	2.781	(585)	2.196
Regulamento Geral	292.077	126	292.203
PrevMais	363	(15)	348
Gestão Administrativa	24.145	(3.853)	20.292
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	24.145	(3.853)	20.292
Investimentos	1.309	422	1.731
Regulamento Geral	1.309	422	1.731
Total do Exigível Contingencial	332.064	(4.247)	327.817

a) Gestão Previdencial

A Entidade é ré em ações ajuizadas por participantes relacionadas ao período laboral exercido no Patrocinador, mas que refletem nos benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto, as quais, na sua maioria, os reclamantes discutem pretensos direitos relacionados a diversas verbas salariais e indenizatórias e à majoração dos benefícios dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios, inclusive com valores depositados judicialmente. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas ações judiciais de reflexos do Regulamento Geral, o Economus defende a impossibilidade de majoração do benefício sem o prévio custeio e recomposição da reserva matemática, requerendo o aporte necessário para fazer frente à diferença de benefício, apresentando cálculos que impõem ao Reclamante e ao Patrocinador o aporte dos valores necessários para custear o incremento do benefício pretendido, de forma a mitigar impactos no plano.

Para as ações cíveis do Regulamento Geral que discutem diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, decorrentes de concessão ou revisão do benefício em reclamatória trabalhistas em face do Patrocinador, a provisão é realizada apenas para fazer frente aos honorários de sucumbência, estimados em 10% sobre o valor da condenação, visto que a posição atual da Jurisprudência do STJ – Superior Tribunal de Justiça é que, nestes casos (ações distribuídas até 08/08/2018), pode ter repercussão no plano, desde que exista cláusula no regulamento e que ocorra a prévia e integral de recomposição da reserva matemática pelo participante e pelo Patrocinador, vedando o recálculo do benefício de suplementação de aposentadoria para aqueles que ingressaram em juízo após a referida data.

O passivo previdencial no exercício reflete a movimentação das reclamações trabalhistas e cíveis que tiveram julgamento desfavorável ao Economus, e a alteração das fases processuais de instrução para recursal e de recursal para execução. Contabilmente, está provisionado, em 2023, o valor de R\$ 305.794 (R\$ 306.610, em 2022).

b) Gestão Administrativa

Ações trabalhistas: ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus e empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço ao Instituto. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, alguns, com valores depositados judicialmente. Contabilmente, está provisionado, em 2023, o valor de R\$ 159 (R\$ 548, em 2022).

Ações cíveis: ações envolvendo discussões sobre plano de saúde em andamento na Justiça Comum não havendo valor a ser provisionado em 2023 (R\$ 10, em 2022).

Ações tributárias: ações judiciais questionando a exigibilidade de tributos e processos administrativos decorrentes de autuações fiscais, tais como a Contribuição Social ao PIS e Cofins: em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar com o objetivo de não submeter a Entidade ao recolhimento destas contribuições sociais nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. O processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça – STJ para julgamento de Recurso Especial. O Economus continua cumprindo a legislação vigente e depositando os valores em juízo. Contabilmente, estão provisionados em 2023, no valor de R\$ 20.133 (R\$ 23.587, em 2022).

c) Investimentos

Imóveis: composta por ação em andamento na Justiça Comum (processo envolvendo discussão relativa a imóvel alocado a terceiros), com provisionamento, em 2023, no valor de R\$ 29 (R\$ 6, em 2022).

Programa de Parcelamento Incentivado - IPTU: Cobrança de IPTU de imóveis que o Economus já foi proprietário. Os valores foram provisionados e depositados. Contabilmente, está provisionado, em 2023, no valor de R\$ 1.702 (R\$ 1.303, em 2022).

Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129/2006, o qual está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo e de

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

levantamento dos depósitos. O PPI foi um programa cuja finalidade era oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

11.1 Passivos Contingentes – Possíveis

O Economus, em sintonia com o Pronunciamento CPC 25, considera como passivo contingente os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas em face do Instituto cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Perda Possível	
		2023	2022
Gestão Previdencial		85.432	108.324
Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	85.357	108.273
Prev Mais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	75	51
Gestão Administrativa		503.456	481.962
Plano de Gestão Administrativa	Verbas trabalhistas/reintegração ao emprego	257	-
	Pedido de compensação de tributos	64	18.401
	Recomposição do Patrimônio	503.135	463.561
Investimentos		7	6
Regulamento Geral	Empréstimo a participantes	7	6
Valor total das ações com risco de perda possível		588.895	590.292

No decorrer do ano de 2023 a Administração atualizou os normativos internos de provisão contingencial e revisitou a base de processos judiciais em que o Economus é parte.

Recomposição do Patrimônio - Processo 0263862-11.2007.8.26.0100

A ação, movida por Associação de Participantes, pede a recomposição do patrimônio do FEAS - Fundo Economus de Assistência Social, em decorrência da retirada, entre janeiro/2004 e agosto/2006, de valores para fins de depósito judicial em ação anulatória de débito tributário de Pis e Cofins (autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil em 2001 e 2002).

O Plano de Gestão Administrativa (previdência) e o Fundo Administrativo Assistencial (saúde) suportarão o cumprimento de eventual confirmação da condenação do Economus nessa ação, englobando principal e acessórios, assim distribuídos: (i) 69,31% no Administrativo da Previdência, de R\$ 503.135; e (ii) 30,69% no Administrativo da Assistência à Saúde de R\$ 222.784.

A Administração considera que há perspectivas possíveis de êxito em relação à presente ação, com base na opinião dos advogados que conduzem as ações, fundamentos legais e jurisprudência dos Tribunais Superiores.

11.2 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais do Economus estão relacionados às provisões e passivos contingentes, visto que são garantidores de potenciais pagamentos de contingências e são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvida.

Descrição	Depósitos Judiciais	
	2023	2022
Gestão Previdencial	177.085	153.350
Regulamento Complementar nº 1	11.047	11.389
Regulamento Complementar nº 2	2.196	2.782
Regulamento Geral	163.494	138.831
Prev Mais	348	348
Gestão Administrativa	19.908	23.417
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	19.908	23.417
Investimentos	1.702	1.309
Regulamento Geral	1.702	1.309
Total de Depósitos Judiciais	198.695	178.076

12. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo dos planos de benefícios, conforme pareceres atuariais e notas atuariais. As provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os compromissos futuros assumidos junto aos seus participantes ativos, enquanto as provisões matemáticas de benefícios concedidos representam os compromissos futuros junto aos assistidos. Já as provisões matemáticas a constituir representam o valor atual das contribuições extraordinárias, referente a déficit equacionado.

Conforme legislação vigente, a partir de 01/2021 procedeu-se a reclassificação contábil das dívidas a parcela do Patrocinador Banco do Brasil S.A. com instrumento contratual dos planos Regulamento Complementar nº 1 (déficit de 2015), Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017) e posteriormente, após assinatura do contrato de dívida, em junho/2022 o saldo do Patrocinador Economus no Regulamento Geral (déficit de 2015 e 2017), para o Ativo, "Operações Contratadas".

Em 31 de dezembro de 2023, as movimentações das provisões matemáticas totalizam R\$ 10.609.023 (R\$ 10.060.962, em 2022), conforme detalhamento a seguir:

Descrição	31/Dezembro/2022	Constituição no exercício	31/Dezembro/2023
Benefícios Concedidos	8.970.644	136.266	9.106.910
Contribuição Definida	358.424	1.716	356.708
Saldo de contas dos Assistidos	358.424	1.716	356.708
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	8.612.220	137.982	8.750.202
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.345.766	87.775	7.433.541
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.266.454	50.207	1.316.661
Benefícios a Conceder	2.435.248	348.400	2.783.648
Contribuição Definida	1.653.374	347.080	2.000.454
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	819.397	171.799	991.196
Saldo de contas - Parcela constituída pelos Participantes	833.712	175.241	1.008.953
Saldo de contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	265	40	305
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização	558.444	(729)	557.715
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	558.574	(731)	557.843
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(65)	1	(64)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(65)	1	(64)
Benefício Definido Estrutura em Regime de Capitalização não Programado	223.430	2.049	225.479
Valor atual dos Benefícios Futuros Não Programados	250.088	(499)	249.589
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Patrocinadores	(13.329)	1.274	(12.055)
(-) Valor atual das contribuições Futuras dos Participantes	(13.329)	1.274	(12.055)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.344.930)	63.395	(1.281.535)
(-) Patrocinador (es)	(200.885)	9.320	(191.565)
(-) Patrocinador (es) 2005	(200.885)	9.320	(191.565)
(-) Participantes	(80.093)	6.194	(73.899)
(-) Participantes 2005	(13.058)	789	(12.269)
(-) Participantes 2015	(13.585)	2.735	(10.850)
(-) Participantes 2017	(53.450)	2.670	(50.780)
(-) Assistidos	(1.063.952)	47.881	(1.016.071)
(-) Assistidos 2005	(187.827)	8.530	(179.297)
(-) Assistidos 2015	(107.282)	12.607	(94.675)
(-) Assistidos 2017	(768.843)	26.744	(742.099)
Total das Provisões Matemáticas	10.060.962	548.061	10.609.023

12.1 Duração do Passivo

A duração do passivo (duration do plano) corresponde ao prazo médio de pagamento dos benefícios do plano ponderado pelo montante de benefícios pago a cada ano, considerando estes benefícios reduzidos pelas contribuições normais e extraordinárias pagas pelas patrocinadoras, participantes e assistidos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano	Duração do Passivo (em anos)	
	2023	2022
Regulamento Complementar nº 1	12,5382	13,0738
Regulamento Complementar nº 2	7,10840	7,44030
Regulamento Geral	10,8834	11,1325
Plano PrevMais	12,0685	12,3532

12.2 Taxa de Juros Parâmetro

A Previc divulga anualmente a Taxa de Juros Parâmetro que as EFPC deverão utilizar nas avaliações atuariais, dependendo da situação de cada plano de benefícios. Por meio da Portaria Previc nº 363/2023, foi divulgada a Taxa de Juros Parâmetro para o encerramento do exercício de 2023. Esta taxa visa indicar qual a taxa de juros média que melhor fica alinhada com a duração do passivo dos planos de benefícios, observando o cenário econômico brasileiro. A portaria divulga também os limites inferiores e superiores a serem adotados para a definição da taxa de juros, conforme demonstrativo abaixo:

Portaria Previc nº 363 / 2023					
Plano	Duração do Passivo base para a Taxa Parâmetro	Limitante Inferior	Taxa de Juros Parâmetro	Limitante Superior	Taxa de Juros Anual (Avaliação Atuarial de 2023)
Regulamento Complementar nº 1	12,5382	3,32%	4,75%	5,15%	3,76%
Regulamento Complementar nº 2	7,1084	3,11%	4,44%	4,84%	4,00%
Regulamento Geral	10,8834	3,26%	4,66%	5,06%	4,75%
Plano PrevMais	12,0685	3,31%	4,73%	5,13%	4,00%

12.3 Premissas e Hipóteses Atuariais

As principais motivações das alterações das premissas e os efeitos ocorridos são:

Premissa	Motivações da Mudança	Efeitos
Taxa de Juros	Estabelecida em função dos Estudos Técnicos de Convergência das Taxas Real Anual de Juros, dentre outras premissas, o cálculo de volatilidade dos ativos, projeções de rentabilidade dos ativos, fluxo do passivo, etc.	A redução da taxa de juros eleva o valor de todas as provisões matemáticas.
Fator de determinação (Valor Real dos Benefícios)	Decorre da expectativa de mercado para a inflação.	A elevação do fator de determinação/capacidade gera o aumento das provisões matemáticas.
Crescimento Real de Salário	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	A majoração desta premissa incrementa o valor da provisão matemática a Conceder nos planos de benefício definido.
Tábuas Biométricas	Considerando as mudanças ocorridas na movimentação das massas e a dinâmica populacional, com o objetivo de refletir adequadamente as características biométricas dos participantes e assistidos do plano.	Para os eventos de mortalidade de válidos e inválidos, quando maior a longevidade, maior o incremento das provisões matemáticas para os benefícios pagos sob forma vitalícia. Para o evento de entrada em invalidez, o aumento de sua probabilidade eleva a provisão matemática de Benefícios a Conceder referente ao benefício de invalidez.
Rotatividade	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras, conforme previsto no artigo 3º, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 30/2018.	o aumento da rotatividade reduz o valor das provisões matemáticas de Benefícios a Conceder.
Composição Familiar	Atualização em função do conjunto de beneficiários considerando no estudo técnico e utilizado na apuração do compromisso decorrente de morte (Pensão).	Com base na composição familiar são apuradas as anuidades para o cálculo dos compromissos decorrentes de morte. Assim, o aumento dessa anuidade provoca a majoração dos compromissos dos beneficiários de pensão a conceder.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2023 foram aprovadas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo do Economus e acompanhado de parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme abaixo:

Plano Regulamento Complementar nº 1		
Premissas e Hipóteses	2023	2022
Taxa Real Anual de Juros	3,76%	3,76%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	AT-83 IAM Feminina	AT-83 IAM Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Plano Regulamento Complementar nº 2		
Premissas e Hipóteses	2023	2022
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	AT-83 IAM Feminina	AT-83 IAM Feminina
Composição Familiar	Família Real	Família Real

Plano Regulamento Geral		
Premissas e Hipóteses	2023	2022
Taxa Real Anual de Juros	4,75%	4,75%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9800	0,9800
Tábua de Mortalidade	RP2000 por sexo D30%	RP2000 por sexo D30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	Americana D10%	TASA 1927
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. Regul Geral 2013-2022	Exp. Rot. Regul Geral 2012-2021
Tábua de Morbidez	Exp. Auxílio-Doença Reg Geral 2016-2022	Exp. Auxílio-Doença Reg Geral 2016-2021
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

Plano PrevMais		
Premissas e Hipóteses	2023	2022
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,00%
Indexador do Benefício	INPC e Cota Patrimonial	INPC e Cota Patrimonial
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9800	0,9800
Crescimento Real de Salário	1,00%	1,00%
Tábua de Mortalidade	AT-2000 Suav em 10% F	AT-2000 Suav em 10% F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Feminina	MI 2006 Feminina
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927 D40%	TASA 1927 D40%
Tábua de Rotatividade	Exp. Rot. PrevMais 2013-2022	Exp. Rot. PrevMais 2012-2021
Tábua de Morbidez	Exp. Aux. Doença PREVMAIS 2016-2022	Exp. Aux. Doença PREVMAIS 2016-2021
Composição Familiar	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 10,1 anos (formulação única)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12.4 Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Benefícios concedidos	13.763	13.649	2.110	2.074	8.279.518	8.156.362	811.519	798.559	9.106.910	8.970.644
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	356.708	358.424	356.708	358.424
Benefício Definido	13.763	13.649	2.110	2.074	8.279.518	8.156.362	454.811	440.135	8.750.202	8.612.220
Benefícios a conceder	78.003	75.560	48.116	48.981	566.546	567.033	2.090.983	1.743.674	2.783.648	2.435.248
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	2.000.453	1.653.374	2.000.453	1.653.374
Benefício Definido	78.003	75.560	48.116	48.981	566.546	567.033	90.530	90.300	783.195	781.874
(-) Provisões matemáticas a constituir	(4.389)	(6.150)	-	-	(1.277.146)	(1.338.780)	-	-	(1.281.535)	(1.344.930)
(-) Patrocinador (es)	-	-	-	-	(191.565)	(200.885)	-	-	(191.565)	(200.885)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(191.565)	(200.885)	-	-	(191.565)	(200.885)
(-) Patrocinador (es) 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Patrocinador (es) 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Participantes	(4.373)	(6.128)	-	-	(69.526)	(73.965)	-	-	(73.899)	(80.093)
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(12.269)	(13.058)	-	-	(12.269)	(13.058)
(-) Participantes 2015	(4.373)	(6.128)	-	-	(6.477)	(7.457)	-	-	(10.850)	(13.585)
(-) Participantes 2017	-	-	-	-	(50.780)	(53.450)	-	-	(50.780)	(53.450)
(-) Assistidos	(16)	(22)	-	-	(1.016.055)	(1.063.930)	-	-	(1.016.071)	(1.063.952)
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(179.297)	(187.827)	-	-	(179.297)	(187.827)
(-) Assistidos 2015	(16)	(22)	-	-	(94.659)	(107.260)	-	-	(94.675)	(107.282)
(-) Assistidos 2017	-	-	-	-	(742.099)	(768.843)	-	-	(742.099)	(768.843)
Total das Provisões Matemáticas	87.377	83.059	50.226	51.055	7.568.918	7.384.615	2.902.502	2.542.233	10.609.023	10.060.962

12.4.1 Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 1.281.535 (R\$ 1.344.930, em 2022), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

a) Regulamento Complementar n° 1

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2015, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar n° 1)		
Déficit Equacionado 2015		
	2023	2022
Valor contratado	20.136	20.136
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	2.186	3.063
Saldo devedor atual (Passivo)	4.389	6.150
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	147 meses	147 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	23 meses	35 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 3,76%	INPC + 3,76%

(1) O prazo financeiro original é 147 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 124 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

b) Regulamento Geral

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à atualização da provisão e entrada de contribuições para cobertura do déficit equacionado em 2005, 2015 e 2017, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2005		
	2023	2022
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual (Passivo)	383.131	401.770
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante	104 meses	120 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado de 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2015		
	2023	2022
Valor contratado	285.605	285.605
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	101.136	114.717
Saldo devedor atual (Passivo)	101.136	114.717
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	198 meses	198 meses
Prazo de amortização restante	115 meses	127 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2015, é o Método Price.

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral) Déficit Equacionado 2017		
	2023	2022
Valor contratado	1.533.970	1.533.970
Saldo devedor atual Patrocinador (Ativo)	792.879	822.294
Saldo devedor atual (Passivo)	792.879	822.293
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	206 meses	206 meses
Prazo de amortização restante	149 meses	161 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,75%	INPC + 4,75%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao déficit equacionado de 2017, é o Método Price.

13. Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, que trata sobre os procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano, passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios (*duration*) na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamento de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

13.1 Regulamento Complementar nº 1

O equilíbrio técnico acumulado do plano apresenta superávit técnico acumulado em 2023 de R\$ 4.950 (déficit técnico de R\$ 263, em 2022).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Equilíbrio Técnico	2023	2022
Reserva de Contingência	4.950	-
Déficit Técnico Acumulado	-	(263)
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	4.950	(263)

A natureza do resultado mantido pelo plano é conjuntural e estrutural, sendo importante destacar que mais de 85% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Evolução - Regulamento Complementar nº 1	2023	2022
Equilíbrio Técnico de 2022 (Exercício Anterior)	(263)	(3.893)
(+) Resultado Líquido Previdências	2.680	2.451
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurrais	71	93
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(3.034)	(2.925)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	9.749	7.217
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(4.318)	(3.360)
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	65	154
Equilíbrio Técnico de 2023	4.950	(263)
Ajuste de Precificação	-	6.200
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	4.950	5.937

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2023, foi de 12,23% contra uma meta atuarial nominal de 7,61% (INPC acumulado em 2023, de 3,71%, acrescido da taxa real de juros de 3,76%), o que, em termos reais, representou obter 8,22% contra uma meta atuarial real de 3,76% ao ano estabelecida para 2023, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho financeiro do Plano de 4,29%.

A **Variação das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento dos compromissos atuariais de 5,20%, quando comparado com o exercício de 2022, superior à inflação ocorrida no ano de 3,71%, o que representa a variação nominal esperada do passivo atuarial do Plano (i.e. o envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do Plano de Benefícios). Com relação às variações cadastrais, foi identificado um ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no Plano.

Além disso, outros fatores que influenciaram na variação das provisões matemáticas foram o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte, bem como a amortização do déficit equacionado por meio das contribuições extraordinárias.

O ajuste de precificação foi R\$ 8.151 (R\$ 6.200, em 2022), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	3.074	15/08/2030	4,79%	13.784	14.563	779
NTN-B	2.430	15/08/2040	4,88%	11.574	13.071	1.497
NTN-B	4.253	15/05/2045	4,96%	20.136	23.509	3.373
NTN-B	2.377	15/08/2050	5,19%	11.172	13.674	2.502
Total do Ajuste de Precificação				56.666	64.817	8.151

A Duração do Passivo do Plano apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 12,5382 anos.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo o Regulamento Complementar nº 1 apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2023	2022
a) Equilíbrio Técnico	4.950	(263)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	6.200
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.950	5.937

13.2 Regulamento Complementar nº 2

Em 2023, apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 11.625 (R\$ 4.990, em 2022). Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 17,1084% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 8.593, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência e o superávit excedente, de R\$ 3.032, em Reserva Especial. Por se tratar do primeiro ano de formação de Reserva Especial, não há obrigatoriedade de realizar-se revisão do Plano de Benefícios para destinação dos recursos alocados nessa reserva.

Equilíbrio Técnico	2023	2022
Reserva de Contingência	8.593	4.990
Reserva Especial para Revisão de plano	3.032	-
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	11.625	4.990

A natureza do resultado mantido pelo plano é estrutural e conjuntural, sendo importante destacar que mais de 95% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

Evolução - Regulamento Complementar nº 2	2023	2022
Equilíbrio Técnico de 2022 (Exercício Anterior)	4.990	7.381
(+) Resultado Líquido Previdencias	1.550	5.117
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recurrais	52	97
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(2.897)	(2.925)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	7.024	5.093
(+) Variação das Provisões Matemáticas	829	(9.895)
(+) Reversão/(Consituição) de Contingência - Gestão Previdencial	77	122
Equilíbrio Técnico de 2023	11.625	4.990
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	11.625	4.990

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2023, foi de 12,56% contra uma meta atuarial nominal de 7,86% (INPC acumulado em 2023, de 3,71%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 8,53% contra uma meta atuarial de 4,00% ao ano estabelecida para 2023, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho financeira do Plano de 4,36%.

A **Variação Provisões Matemáticas** apresentou um decremento dos compromissos atuariais de 1,62%, a variação negativa é explicada pela variação cadastral e pelo ganho atuarial ocasionado pelo desligamento de participantes ativos que não possuíam dependentes no Plano.

Além disso, outros fatores que influenciou na variação das provisões matemáticas foi o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do Plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O ajuste de precificação foi R\$ 1.779 (R\$ 1.980, em 2022).

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	400	15/08/2024	7,37%	1.699	1.732	33
NTN-B	710	15/08/2026	6,43%	3.012	3.184	172
NTN-B	82	15/08/2028	5,88%	352	378	26
NTN-B	5.187	15/08/2030	4,92%	23.203	24.370	1.168
NTN-B	262	15/08/2032	6,28%	1.102	1.189	87
NTN-B	205	15/08/2050	5,41%	944	1.237	293
Total do Ajuste de Precificação				30.312	32.090	1.779

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 7,1084 anos.

Tendo o Regulamento Complementar nº 2 apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2023	2022
a) Equilíbrio Técnico	11.625	4.490
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	11.625	4.490

13.3 Regulamento Geral

O Plano do Regulamento Geral apresentou no encerramento do exercício de 2023 um déficit técnico acumulado de R\$ 503.724 (em 2022, R\$ 503.240).

Equilíbrio Técnico	2023	2022
Déficit Técnico Acumulado	(503.724)	(503.240)
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(503.724)	(503.240)

O resultado deficitário do plano apresenta características estruturais e conjunturais. Houve ganho financeiro em consequência da superação da meta atuarial estabelecida para o exercício de 2023, variações cadastrais ocorridas entre os exercícios 2022 e 2023, reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais, envelhecimento da massa de participantes e assistidos, e um sutil reflexo oriundo das alterações de premissas que, constituíram-se basicamente de atualizações das hipóteses adotadas pelo Plano.

Evolução - Regulamento Geral	2023	2022
Equilíbrio Técnico de 2022 (Exercício Anterior)	(503.240)	(595.482)
(+) Resultado Líquido Previdências	(373.382)	(321.980)
(+) Atualização dos Depósitos Judiciais/Recuriais	558	649
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(9.536)	(8.879)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	587.523	752.008
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(184.303)	(256.484)
(+) Reversão/(Consituição) de Contingência - Gestão Previdencial	(21.344)	(73.072)
Equilíbrio Técnico de 2023	(503.724)	(503.240)
Ajuste de Precificação	430.056	413.157
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	(73.668)	(90.083)

 O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal, ao longo de 2023, foi de 9,98% contra uma meta atuarial de 8,64% (INPC acumulado em 2023, de 3,71%, acrescido da taxa real de juros de 4,75%), o que, em termos reais, representou obter 6,05% contra uma meta atuarial de 4,75% ao ano estabelecida para 2023, resultando em um ganho financeiro do Plano de 1,24% no exercício de 2023.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A **Varição das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento no compromisso atuarial de 2,50%. No encerramento do exercício houve a alteração de premissas, conforme abaixo, mas que de forma geral foram apenas “atualizações” das premissas adotadas pelo plano:

- Alteração da Tábua de Entrada em Invalidez (de TASA 1927 para Americana Desagravada em 10%): perda atuarial na ordem de R\$ 207 mil;
- Alteração da Tábua de Morbidez (de Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2021 para Exp. Aux. Doença RegGeral 2016-2022): perda atuarial de R\$ 459,16;
- Tábua de Rotatividade (de Exp. Rot. RegGeral 2012-2021 para Exp. Rot. RegGeral 2013-2022): perda atuarial na ordem de R\$ 453 mil.

Considerando a alteração de premissas mencionados acima, bem como das movimentações cadastrais ocorridas entre os exercícios de 2022 e 2023, e do reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais, as provisões matemáticas apresentaram variação conforme esperado para planos de benefícios com estrutura técnica semelhante, quais sejam: o envelhecimento da massa de participantes e assistidos, o impacto decorrente da inflação do período, dentre outras variáveis inerentes ao funcionamento do Plano de Benefícios..

O ajuste de precificação foi R\$ 430.056 (R\$ 413.157, em 2022), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo		Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	10.000	15/08/2024	7,03%	42.546	43.110	564
NTN-B	19.680	15/08/2026	6,48%	83.406	86.761	3.355
NTN-B	15.000	15/08/2030	7,08%	61.447	69.171	7.724
NTN-C	81.000	01/01/2031	10,12%	544.274	703.786	159.512
NTN-B	149.320	15/05/2035	5,89%	636.322	697.213	60.891
NTN-B	72.269	15/08/2040	5,86%	313.136	351.211	38.075
NTN-B	345.148	15/05/2045	4,83%	1.666.588	1.687.912	21.324
NTN-B	187.217	15/08/2050	5,94%	810.320	948.931	138.611
Total do Ajuste de Precificação				4.158.039	4.588.095	430.056

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 10,8834 anos.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano de R\$ 430.056, o plano apresentou um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 73.668.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2023	2022
a) Equilíbrio Técnico	(503.724)	(503.240)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	430.056	413.157
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(73.668)	(90.083)

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 10,8834 anos (em 2022, 11,1325 anos), o limite de Déficit Técnico Acumulado para Avaliação Atuarial de 2023 é de R\$ 520.999 (6,8834% das Provisões Matemáticas). Diante do exposto, não há necessidade de tratamento deste resultado técnico apurado, uma vez que o plano se encontra dentro dos limites estabelecidos pelas regras de solvência vigente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	7.065.194	6.881.375
Reservas Matemáticas (B)	7.568.918	7.384.615
Resultado Acumulado (C) = (A) - (B)	(503.724)	(503.240)
Ajuste de Precificação (IN Previc 10/2018) (D)	430.056	413.157
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (E) = (C) - (D)	(73.668)	(90.083)
Limite de Déficit Técnico Acumulado (F) = (duration - 4)% de (B)	520.999	526.708
Déficit Técnico a ser Equacionado (G) = Máx (1% de (B)); valor de (E) que Ultrapassar (F)	-	-

13.4 Plano PrevMais

Em 2023, o Plano PrevMais apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 127.657 (R\$ 94.008 em 2022), que representa 23,41% das suas respectivas Provisões Matemáticas – Parcela de Benefício Definido. Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 22,0685% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 120.348, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência. Como o superávit técnico acumulado encontra-se acima do limite permitido pela Resolução CNPC nº 30/2018, há constituição de reserva especial de R\$ 7.309. Por se tratar do primeiro ano de formação de Reserva Especial, não há obrigatoriedade de realizar-se revisão do Plano de Benefícios para destinação dos recursos alocados nessa reserva.

Equilíbrio Técnico	2023	2022
Reserva de Contingência	120.348	94.008
Reserva Especial para Revisão de plano	7.309	-
Total do Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	127.657	94.008

A natureza do resultado obtido pelo Plano é de causas estruturais e conjunturais. Pode-se destacar os ganhos financeiros auferidos pelo Plano de benefícios e que superaram a meta atuarial estabelecida para o exercício de 2023, as variações cadastrais ocorridas entre os exercícios, bem como a ocorrência de eventos abaixo do esperado relativos aos Benefícios de Risco, e as alterações de hipóteses atuariais.

Evolução - PrevMais	2023	2022
Equilíbrio Técnico de 2022 (Exercício Anterior)	94.008	63.075
(+) Resultado Líquido Previdenciais	47.399	23.662
(+) Cobertura de Despesas Administrativas	(9.647)	(9.073)
(+) Resultado Líquido dos Investimentos	359.271	268.345
(+) Variação das Provisões Matemáticas	(360.269)	(264.065)
(+) Variação do Fundo Previdencial	(3.120)	12.414
(+) Reversão/(Constituição) de Contingência - Gestão Previdencial	15	(350)
Equilíbrio Técnico de 2023	127.657	94.008
Ajuste de Precificação	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício	127.657	94.008

O **Resultado Líquido dos Investimentos**, no tocante a rentabilidade nominal auferida pelo plano para a cobertura dos Benefícios de Risco (parcela BD do plano), ao longo de 2023, foi de 11,99% contra uma meta atuarial nominal de 7,86% (INPC acumulado em 2023, de 3,71%, acrescido da taxa real de juros de 4,00%), o que, em termos reais, representou obter 7,98% contra uma meta atuarial de 4,00% ao ano estabelecida para 2023, resultando em um ganho financeiro do Plano de 3,83%.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A **Varição das Provisões Matemáticas** apresentou um incremento nos compromissos atuariais de 14,17% explicado pela quantidade majoritária de participantes ativos em fase de acumulação de recursos, pelas variações cadastrais ocorridas entre os exercícios, bem como a concessão de benefício de invalidez e pensões vitalícias oriundas de participantes ativos.

Além disso, para o encerramento deste exercício houve a alteração das premissas atuariais, conforme abaixo:

- Alteração da Tábua de Morbidez (da Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2021 para Tábua Exp. Aux. Doença PrevMais 2016-2022): ganho atuarial na ordem de R\$ 101,1 mil;
- Alteração da Rotatividade (da Exp. Rot. PrevMais 2012-2021 para Exp. Rot. PrevMais 2013-2022): ganho atuarial na ordem de R\$ 1,324 milhão.

O ajuste de precificação foi R\$ 67.715 (R\$ 68.734 em 2022), conforme quadro abaixo:

Ajuste de Precificação						
Tipo	Quantidade	Vencimento	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste
NTN-B	6.100	15/08/2026	6,38%	25.896	27.353	1.457
NTN-B	2.500	15/08/2030	6,49%	10.498	11.934	1.436
NTN-B	3.835	15/05/2035	6,62%	15.558	19.162	3.604
NTN-B	12.400	15/08/2040	5,76%	54.362	65.323	10.961
NTN-B	23.367	15/05/2045	5,98%	98.750	125.884	27.134
NTN-B	15.534	15/08/2050	6,28%	64.722	87.845	23.123
Total do Ajuste de Precificação				269.786	337.501	67.715

A Duração do Passivo do Plano, apurada, por meio do Sistema Venturo, resultou em 12,0685 anos.

Tendo o PrevMais apurado equilíbrio técnico superavitário e o ajuste precificação positivo, não há demonstração do equilíbrio técnico ajustado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2023	2022
a) Equilíbrio Técnico	127.657	124.941
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	127.657	124.941

14. Fundos

A seguir os saldos dos Fundos Previdencial, Administrativo e para Garantia das Operações com Participantes:

Evolução dos Fundos	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Fundo para Garantia das Operações com Participantes	Consolidado
Saldo em 2022	10.429	125.833	12.124	148.386
Formação/(Reversão) de Fundos	3.120	16.145	2.392	21.657
Saldo em 2023	13.549	141.978	14.516	170.043

14.1 Gestão Previdencial

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo Fundo de Reversão do Plano PrevMais, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo do Economus, conforme consta no regulamento do Plano.

No ano de 2023, o patrocinador Economus utilizou recursos do fundo para abater as contribuições/aportes do plano, conforme previsto no regulamento, parecer atuarial e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2022	Constituições	Reversões	2023
Fundos Previdenciais - PrevMais	10.429	3.417	(297)	13.549
Patrocinador Banco do Brasil	10.153	3.396	0	13.549
Patrocinador Economus	276	21	(297)	0

14.2 Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2022	Constituições	Reversões	2023
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 1	6.658	-	(553)	6.105
Fundo administrativo do Regulamento Complementar n° 2	8.358	-	(792)	7.566
Fundo administrativo do Regulamento Geral	70.529	9.939	-	80.468
Fundo administrativo PrevMais	40.288	7.551	-	47.839
Total do Fundo Administrativo	125.833	17.490	(1.345)	141.978

14.3 Investimentos

Os Fundos para Garantias das Operações com Participantes (fundo de contingências de empréstimos) são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de empréstimos, estabelecidos de acordo com os regulamentos vigentes.

Descrição	2022	Constituições	Reversões	2023
Fundo do Regulamento Complementar n° 1	180	50	-	230
Fundo do Regulamento Complementar n° 2	104	29	-	133
Fundo do Regulamento Geral	8.047	1.181	-	9.228
Fundo do PrevMais	3.793	1.132	-	4.925
Total do Fundo para Garantia das Operações com Participantes	12.124	2.392	-	14.516

O Fundo destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes.

15. Resultado Administrativo

Os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

15.1 Receitas Administrativas

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2023	2022
Gestão Previdencial	25.114	23.802
Contribuições dos Patrocinador (es)	12.088	11.383
Contribuições dos Participantes	12.877	12.278
Contribuições dos Autopatrocinados	25	33
Contribuições dos Participantes em BPD	124	108
Investimentos	15.130	14.375
Custeio Administrativo	13.443	12.681
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.687	1.694
Gestão Assistencial	27.583	25.850
Reembolso do Plano Assistencial	27.583	25.850
Diretas	7	-
Ganho na Venda de Ativo Imobilizado	7	-
Atualização de Depósito Judicial/Recursais	9	5
Atualização de Depósito Judicial/Recursais	9	5
Outras Receitas	71	118
Reembolso de Custas Judiciais - Regulamento Complementar n° 1 e n° 2	3	93
Recuperação de Despesas (Exercícios Anteriores)	68	25
Resultado Positivo dos Investimentos	15.737	12.991
Resultado Positivo dos Investimentos	15.737	12.991
Total das Receitas Administrativas	83.651	77.141

15.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

Descrição	2023	2022
Administração Previdencial e Assistencial	59.696	56.921
Pessoal e Encargos	39.616	37.440
Treinamentos, Congressos e Seminários	332	189
Viagens e Estádias	30	49
Serviços de Terceiros	15.158	14.511
Despesas Gerais	3.362	3.392
Depreciação e Amortização	264	407
Tributos	934	933
Total das Despesas Administrativas	59.696	56.921

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas, Tecnologia etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

O critério de rateio das despesas administrativas atende a legislação vigente e às boas práticas de governança. Leva em conta a diversidade de tarefas na administração dos planos previdenciais e assistenciais, uma vez que pondera número de participantes nos planos, situação de cada um deles, os respectivos processos de trabalho, quantidade de guias de atendimento assistenciais com os respectivos pesos operacionais (complexidade), além do tamanho e composição do patrimônio investido.

Os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	31,65%	36,53%	36,16%	37,70%	33,20%	35,94%	36,08%	36,21%	33,21%	38,00%	37,53%	33,71%
Investimento	25,36%	15,61%	16,75%	16,27%	21,00%	17,99%	16,69%	16,95%	21,64%	16,62%	16,68%	18,08%
Assistência	42,99%	47,87%	47,10%	46,03%	45,80%	46,07%	47,23%	46,84%	45,14%	45,38%	45,78%	48,20%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

Descrição	2023	2022
Administração Previdencial e dos Investimentos	32.113	31.071
Pessoal e Encargos	21.329	20.200
Treinamentos, Congressos e Seminários	191	126
Viagens e Estádias	17	32
Serviços de Terceiros	7.862	7.850
Despesas Gerais	1.665	1.687
Depreciação e Amortização	151	271
Tributos	898	905
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	27.583	25.850
Pessoal e Encargos	18.288	17.240
Treinamentos, Congressos e Seminários	141	63
Viagens e Estádias	13	17
Serviços de Terceiros	7.296	6.661
Despesas Gerais	1.697	1.705
Depreciação e Amortização	112	136
Tributos	36	28
Total das Despesas Administrativas	59.696	56.921

15.3 Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2023	2022
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	25.114	23.802
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	13.443	12.681
(+) Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.687	1.694
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais	9	5
(+) Receitas Diretas	7	-
(+) Outras Receitas	71	118
(-) Despesas da Administração Previdencial	(32.113)	(31.071)
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	27.583	25.850
(-) Despesas da Administração Assistencial	(27.583)	(25.850)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	8.218	7.229
(+/-) Contingências Administrativas	(7.810)	1.335
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	15.737	12.991
(=) Constituição do Fundo Administrativo	16.145	21.555

16. Resultado dos Investimentos

16.1 Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas, conforme abaixo:

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Por Tipo de Emissor	9.980	7.439	7.166	5.224	598.378	762.579	365.597	273.922	15.737	12.991	996.858	1.062.155
Notas do Tesouro Nacional	6.223	4.700	4.902	3.677	489.492	663.135	67.219	48.311	-	-	567.836	719.823
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	1.123	973	1.123	973
Ativos Financeiros de Crédito Privado	940	813	343	283	18.726	20.014	38.594	49.846	514	1.075	59.117	72.031
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	1.906	706	1.523	731	32.012	29.676	214.025	150.224	14.190	11.019	263.656	192.356
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	31.675	25.020	29.160	7.488	-	-	60.835	32.508
Fundos de Invest. (Multimercado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	3.387	(13.527)	(35)	(1.448)	-	-	3.352	(14.975)
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	5.361	(4.688)	-	-	-	-	5.361	(4.688)
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	1.789	4.052	-	-	-	-	1.789	4.052
Operações com Participantes	921	1.228	406	540	9.500	11.920	16.790	19.680	-	-	27.617	33.368
Relacionados com o Disponível	(1)	-	(1)	(1)	(109)	(94)	(5)	(8)	(88)	(73)	(204)	(176)
Precatórios	-	-	-	-	6.958	27.471	-	-	-	-	6.958	27.471
Outros Realizáveis	(9)	(8)	(7)	(6)	(413)	(400)	(151)	(171)	(2)	(3)	(582)	(588)
Dos Planos	(231)	(222)	(142)	(131)	(10.855)	(10.571)	(6.326)	(5.577)	-	-	(17.554)	(16.501)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	(29)	-	-	-	-	-	(29)	-
Despesas Adm. de Investimentos	(181)	(169)	(113)	(105)	(9.644)	(9.402)	(5.193)	(4.700)	-	-	(15.131)	(14.376)
Fundos para Garantia das Operações	(50)	(53)	(29)	(26)	(1.182)	(1.169)	(1.133)	(877)	-	-	(2.394)	(2.125)
Resultado Positivo dos Investimentos	9.749	7.217	7.024	5.093	587.523	752.008	359.271	268.345	15.737	12.991	979.304	1.045.654

16.2 Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2023 está demonstrado a seguir:

Descrição	2023	2022
Resultado da Gestão Previdencial	963.567	1.032.663
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar n° 1	9.749	7.217
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar n° 2	7.024	5.093
Fluxo dos Investimentos do Regulamento Geral	587.523	752.008
Fundo dos Investimentos PrevMais	359.271	268.345
Resultado da Gestão Administrativa	15.737	12.991
Fluxo dos Investimentos do PGA	15.737	12.991

17. Transações Entre Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os patrocinadores e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

As transações com o patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2023	2022
Ativo	11.703	9.488
Disponível	55	50
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar n° 1 e n° 2	11.323	9.240
Investimentos Imobiliários	326	199
Resultado	2.462	2.312
Resultado dos Investimentos Imobiliários	2.462	2.312

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios e encargos de curto prazo no

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

exercício de 2023 somaram R\$ 2.925 (R\$ 3.223, em 2022) e R\$ 333 (R\$ 338, em 2022), respectivamente.

Transações com Pessoas Jurídicas

O quadro abaixo evidencia os contratos de prestação de serviço vigentes no Economus junto ao Patrocinador:

Transações com Pessoas Jurídicas			
Empresa	Natureza	Valores (Em Reais)	Vigência
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL CNPJ: 28.196.889/0001-43	SEGURO DE VIDA EM GRUPO PARA EMPREGADOS DO ECONOMUS	Variável, calculado com base na quantidade de empregados/mês. Taxa de 0,0116% a.m. Valor estimado de R\$ 11.944,02/ano	30/08/2023 a 30/08/2024
BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/ CNPJ: 31.591.399/0001-56	CARTÃO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO PARA OS EMPREGADOS DO ECONOMUSus	Não há cobrança de taxa.	Indeterminado
ALELO S.A CPNJ: 04.740.876/0001-25	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO PRÉ-PAGO - ALELO	Variável, calculado com base no valor da fatura mensal do cartão. Taxa de 2,25% a.m. Valor estimado de R\$ 2.065,56/ano	Indeterminado
BRASILDENTAL OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS S.A. CNPJ: 19.962.272/0001-09	CONTRATO DE OPERAÇÃO DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PLANO ODONTOLÓGICO COLETIVOS EMPRESARIAL	Variável de acordo com o número de funcionários, R\$ 15,32/titular	01/01/2023 a 01/01/2026
BANCO DO BRASIL S.A. CNPJ: 00.000.000/0001-91	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS - CUSTÓDIA	Variável, sendo a tarifa de 0,01% a.a. sobre o patrimônio custodiado. O valor estimado é de R\$ 471.437,16/ano.	09/10/2022 a 09/10/2025

18. Gestão Assistencial

O Economus apresenta separadamente o conjunto completo de demonstrações contábeis dos planos de assistência à saúde para o exercício findo em 31/12/2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela ANS.

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social ('DMPS') – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido dos Planos Assistenciais.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo e do passivo do Segmento Gestão Assistencial, bem como os movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

Para o exercício findo em 31/12/2023, as demonstrações contábeis foram concluídas, mantendo-se premissas e procedimentos de anos anteriores, destacando:

18.1 Ações Judiciais que determinam a manutenção das condições originais (Planos de saúde - Feas Básico e Feas PAMC)

Existem decisões judiciais já transitadas em julgado e outras em 2º grau, todas discutidas na Justiça do Trabalho, cujas sentenças foram em favor de determinados participantes, tendo como condenados o Economus e o Banco do Brasil S.A. solidariamente, a: (i) manutenção das condições originais dos planos Feas Básico e Feas Pamc, com a preservação dos serviços assistenciais sem a cobrança de contribuições; (ii) devolução das mensalidades já pagas.

No que diz respeito as sentenças judiciais que determinaram a manutenção das condições originais

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

dos planos Feas Básico e Feas PAMC, a Diretoria Executiva preserva o entendimento sobre os procedimentos contábeis até então adotados, ou seja, pela não realização do registro contábil de obrigação para fazer frente aos compromissos financeiros futuros.

Em decorrência desses planos serem coletivos por adesão, anteriores à Lei 9.656/98 (não adaptados), com formação de preço pós estabelecido e vinculados ao Fundo FEAS, bem como, observando a faculdade definida pela regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O posicionamento da Diretoria Executiva também considera que o eventual reconhecimento da referida obrigação impactaria negativamente o patrimônio assistencial, o que poderia comprometer a sustentabilidade da operação de saúde.

Em razão dos debates nos Órgãos Colegiados internos sobre a necessidade de registro da obrigação para evidenciar o comprometimento de recursos para liquidação financeira de eventos futuros decorrentes dessas decisões judiciais, foi formalizada em 30/03/2023 uma consulta à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para esclarecer, à luz da sua regulamentação, os entendimentos sobre a questão para direcionar as medidas a serem adotadas.

Em 05/06/2023, o Economus recebeu da ANS o Ofício nº 8/2023/GEAOP/CGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, em resposta à consulta destacando-se:

CONCLUSÃO

“20. Pelo exposto, entende-se que a constituição de provisão técnica atuarial referente ao desequilíbrio econômico-financeiro dos planos de assistência à saúde operados pela autogestão Economus é facultativa, conforme previsto no Art. 19 da RN nº 574/2023.

21. Cabe a administração da entidade, em seu empenho para adoção de boas práticas de governança, e, especialmente, ao responsável técnico pela contabilidade avaliarem, com base em estudo atuarial, se o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da decisão judicial é relevante e se o reconhecimento contábil da provisão técnica é necessário para a representação fidedigna de sua situação econômico-financeira e patrimonial nas demonstrações financeiras divulgadas, conforme disposto no CPC 00”.

Em resumo, a decisão de constituir a provisão técnica é facultativa, deve ser embasada em análises técnicas apropriadas, estar em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e, caso seja pela constituição, deverá ser aprovada pela ANS (Artigo 19 da RN nº 574/2023) antes de sua contabilização.

Em atendimento às conclusões constantes nos itens 20 e 21 do Ofício da ANS, a Diretoria Executiva buscou orientação de Consultoria Atuarial sobre os critérios para embasamento do trabalho e solicitou a elaboração de estudo técnico sobre a questão.

Os resultados do estudo técnico elaborado pela Consultoria Atuarial Salutis demonstraram que, na ausência de recursos no Fundo FEAS, o Instituto tem capacidade de absorção, por meio do custeio administrativo dos planos de saúde, da parcela que cabe ao Economus nas despesas ocasionadas pelas decisões judiciais, na medida em que aponta que:

- O indicador “Repasse ao Fundo Administrativo x Contraprestações” do Economus continuaria dentro de uma faixa de dispersão aceitável em relação ao indicador do mercado; e
- As contraprestações arrecadadas pelos planos de saúde teriam um aumento de 4,18% em 2022 e 4,78% em 2023, principalmente, com 83,11% das contraprestações provenientes dos planos patrocinados pelo Banco do Brasil S.A.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nos resultados obtidos e considerando o estudo técnico elaborado pela Consultoria Salutis, a Diretoria Executiva reafirma sua posição de que não é necessário efetuar o registro da provisão para despesas futuras de decisões judiciais nos planos Feas Básico e Feas PAMC. Vale destacar que o contador do Instituto, que conduzia sua avaliação de maneira independente em relação a diretoria, também mantém a interpretação.

19. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do seguimento da Gestão Previdencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 20 de março de 2024.

20. Outras Informações

20.1. Investimento em controlada – Desmobilização

Em outubro/2022, foi concluído o processo de incorporação da Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. pelo Administrativo Assistencial, Gestão assistencial do Economus. Os ativos e passivos objeto da incorporação descritos no Laudo de Avaliação realizado por uma empresa de avaliação externa e independente. O Laudo de Avaliação foi elaborado com base no acervo líquido contábil na data base de 31/08/2022 ("Data de Corte") (data definida conforme o Balanço Patrimonial da Incorporada usado para erigir o referido laudo), nos termos análogos do Artigo 8º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores, incluindo a Lei nº 10.303, de 31/10/2001 ("Lei das Sociedades por Ações"), tudo em conformidade com o previsto no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação. Foi incorporado ao patrimônio líquido negativo contábil de R\$ 179.702,04 (cento e setenta e nove mil setecentos e dois reais e quatro centavos).

A Incorporação resultou, dentre outras vantagens, em redução dos custos incidentes do processo de liquidação extrajudicial da Corretora (administrativos e de gestão).

20.2. Legislação com vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023: A nova norma consolidou 40 normas da Autarquia em uma única Resolução, organizando 388 artigos em 15 capítulos. Essa mudança visa simplificar o quadro regulatório, facilitando o acesso à legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

Uma das principais novidades da nova norma foi a eliminação da figura da Entidade Sistemáticamente Importante (ESI) e a classificação das EFPC em 4 níveis, baseada na soma dos fatores de porte e complexidade. Isso está alinhado com a Resolução CGPC nº 13/2004 e com a abordagem da Supervisão Baseada em Risco. Essa abordagem reconhece que as entidades têm diferentes perfis de risco, necessitando de níveis distintos de supervisão e regulamentação.

A Previc divulgará, até 30 de junho de cada ano, a fórmula de cálculo utilizada para definir os fatores de porte e complexidade, juntamente com a lista das EFPC classificadas em cada segmento para o próximo exercício social. Os segmentos são designados como S1 (maior porte e complexidade), S2, S3 e S4 (menor porte e complexidade), de acordo com os resultados dos cálculos.

21. Eventos Subsequentes

21.1. OFND – Pagamento dos Precatórios

O valor do precatório do Economus, plano de Benefícios Regulamento Geral, está depositado na conta judicial e disponível para saque desde 15/01/2024, no valor de R\$ 35.555.

No entanto, aguardava esclarecimentos relacionados à isenção de Imposto de Renda (IR), conforme previsto no artigo 5º da Lei nº 11.053/2004. Para isso, o escritório Patrono Figueiredo & Silva Advogados apresentou petição que comunica os dados bancários do Instituto e a elegibilidade para a mencionada isenção de IR.

Em fevereiro de 2024, em decorrência do cumprimento de sentença contra a fazenda pública Nº 0145854-31.2015.4.02.5101/RJ, foi expedido alvará para o levantamento dos valores depositados. No dia 22/02/2024, procedeu o levantamento dos recursos disponíveis na conta judicial, atualizados no valor de R\$ 35.942.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mauricio Aparecido Lopes

Presidente e.e.

e Diretor de Saúde e Relacionamento

César Augusto Jacinto Teixeira

Diretor de Administração

Flávio Alexandre Ferreira de Medeiros

Diretor de Finanças e Previdência

Tadeu Pigion Horta Fernandes

Contador

